

# 1. POPULAÇÃO E TERRITÓRIO



De acordo com as estimativas da população residente, no distrito de Lisboa residem 2 milhões, 248 mil e 925 habitantes<sup>1</sup>, numa área de 2.802 Km<sup>2</sup>.

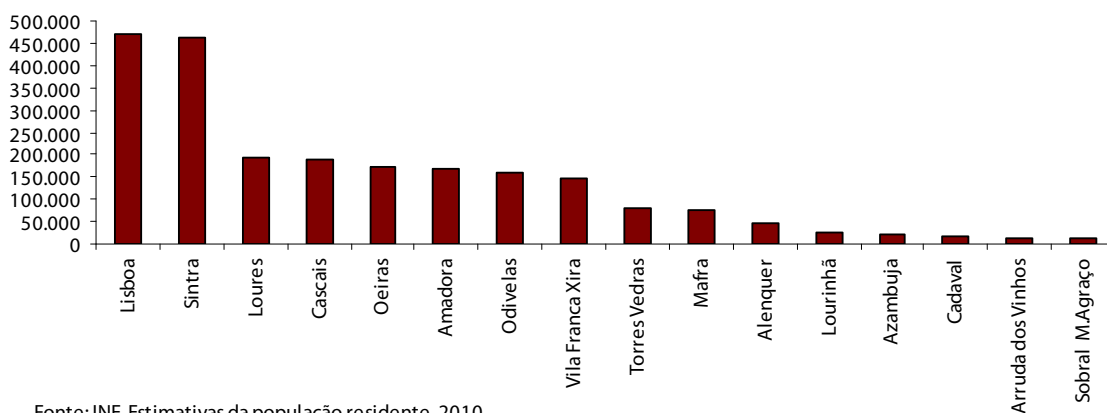
Numa área que ocupa apenas 3,1% do território, vivem 22% dos residentes em Portugal continental.

O Distrito Lisboa tem pois uma elevada densidade populacional por comparação com o país (continente). Aqui, habitam 802,5 residentes por metro quadrado, relação que é de 113,9 residentes por Km<sup>2</sup> no território continental.

Pertencem ao distrito de Lisboa 16 concelhos/municípios, 226 freguesias, 55 vilas e 11 cidades.

Os dois concelhos com mais residentes são os de Lisboa (que corresponde à cidade capital e onde habitam 20,9% dos residentes no distrito) e o de Sintra (20,5% dos residentes do distrito).

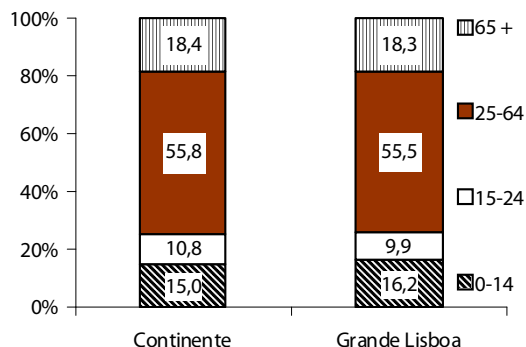
**População Residente no Distrito de Lisboa**



Fonte: INE, Estimativas da população residente, 2010

**População residente por grupo etário Grande Lisboa e Continente**

Constituem 55,5% da população residente na região, as pessoas com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos, seguem os que têm mais de 65 anos (que constituem 19,1% da população), os com menos de 15 anos (16,2%) e os que têm entre 15 e 24 anos (10%).



Fonte: INE, Estimativas da população residente, 2010

<sup>1</sup> Este capítulo tem como Fonte: INE, Estimativas da População Residente, 2010

## UNIDADES TERRITORIAIS (NUT)

Os 16 concelhos do Distrito estão distribuídos por diferentes Unidades Territoriais (NUT's).

Inseridos na Região de Lisboa (NUTII) e dentro desta na Grande Lisboa (NUTIII) estão os concelhos: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca.

Inseridos na Região Centro (NUTII) e dentro desta na Região Oeste (NUTIII) estão os concelhos: Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Inserido da Região Alentejo, e dentro desta na Lezíria do Tejo (NUTIII) o concelho de Azambuja.

### A NUT GRANDE LISBOA

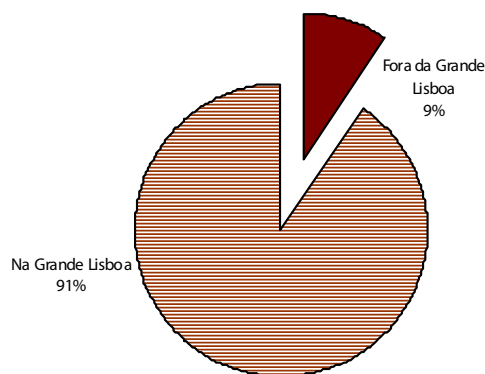
Correspondendo à região central e polarizadora, a Grande Lisboa, com 2.019.529 milhões de habitantes, concentra 90,8% da população residente no distrito.

Os concelhos mais populosos pertencem à área da Grande Lisboa,

É também na Grande Lisboa que se situam 10 das 11 cidades existentes no distrito. A única cidade que fica de fora é a cidade de Torres Vedras, situada no Oeste.

A Grande Lisboa é também a região do distrito com maior densidade populacional. Uma média de 1.477,8 habitantes por km<sup>2</sup>. O concelho da Amadora é aquele onde a densidade populacional é mais elevada: 7.183,3 habitantes por km<sup>2</sup>.

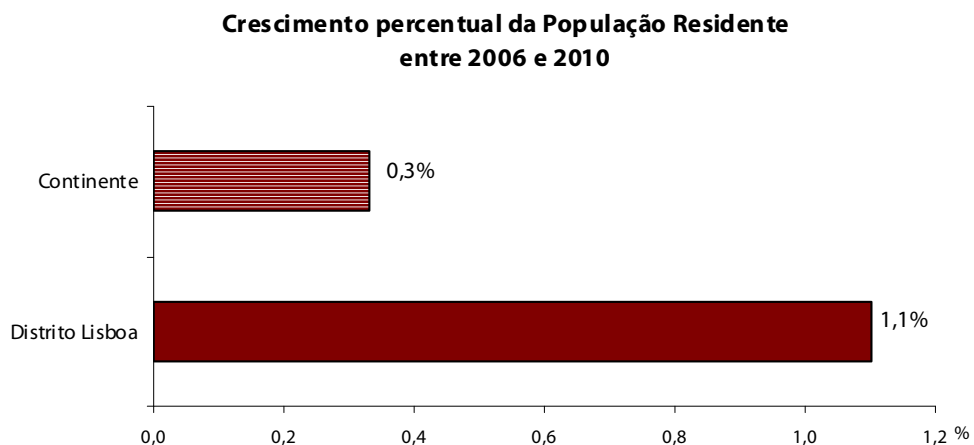
**Distribuição da População residente no Distrito pelos Concelhos inseridos na Grande Lisboa e Fora da Grande Lisboa**



Fonte: INE, Estimativas da população residente, 2010

# DINÂMICAS E TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

## UM CRESCIMENTO DE POPULAÇÃO SUPERIOR AO NACIONAL



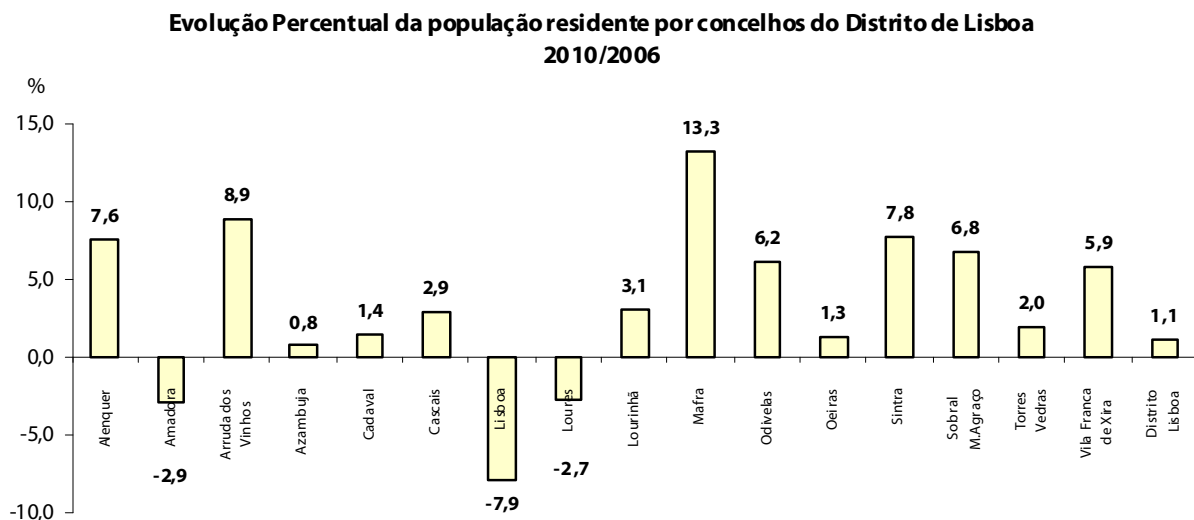
Fonte: INE, Estimativas da população residente, 2006 e 2010

Entre 2006 e 2010, a população residente no distrito aumentou 1,1% no seu conjunto (correspondendo a um balanço líquido de mais 24.499 residentes). A região revela um ritmo de crescimento que, não sendo muito elevado, é, contudo, superior ao do país/continente (0,3%).

Contribuem para esta evolução o facto de, na maioria dos seus concelhos, os nascimentos continuarem a ser superiores aos óbitos (crescimento natural positivo) e a diferença entre o número de entradas e saídas por migração (saldo migratório) continuar também a ser positiva.

### PERDA DE POPULAÇÃO NA CIDADE DE LISBOA E EM CONCELHOS DA PRIMEIRA COROA

Nos anos em análise, três concelhos viram a sua população diminuir: o concelho de Lisboa, que tem atualmente menos 7,9% dos residentes que em 2006 (menos 40.242 residentes); o concelho



Fonte: INE, Estimativas da população residente

da Amadora, com menos 2,9% de residentes (menos 5.036 residentes); o concelho de Loures, com menos 2,7% de residentes (menos 5.396 residentes).

Inversamente, viram crescer a sua população concelhos mais afastados da cidade capital, como Mafra (+13,3%), Arruda dos Vinhos (+8,9%) e Alenquer (+7,6%).

## O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Constitui uma tendência demográfica do distrito de Lisboa (e do país) o envelhecimento da estrutura etária da sua população.

A diminuição dos níveis de fecundidade (que contribui para diminuir a população nos grupos etários mais baixos), a diminuição da mortalidade e subsequente aumento da longevidade (que contribui para o peso crescente dos mais idosos) são responsáveis pelo aumento do envelhecimento no distrito.

O índice de envelhecimento do Distrito de Lisboa é de 114,1 o que significa que por cada 100 residentes com menos de 15 anos há 114 com mais de 65 anos.

Sendo um índice elevado, é contudo inferior ao nacional/continente (122,9). No território continental, 3 distritos apresentam índices de envelhecimento inferiores aos de Lisboa (Setúbal, Porto e Braga).

No contexto do Distrito, há diferentes realidades em termos de envelhecimento, como o ilustra o quadro abaixo.

### Índice de Envelhecimento

	Índice
<b>Continente</b>	<b>122,9</b>
<b>Distrito de Lisboa</b>	<b>114,1</b>
Alenquer	118,0
Amadora	121,6
Arruda dos Vinhos	126,3
Azambuja	144,1
Cadaval	179,6
Cascais	101,6
Lisboa	161,4
Loures	104,3
Lourinhã	118,6
Mafra	95,7
Odivelas	113,8
Oeiras	121,8
Sintra	83,3
Sobral de Monte Agraço	122,4
Torres Vedras	123,5
Vila Franca de Xira	86,8

INE, Estimativas da população residente, 2010

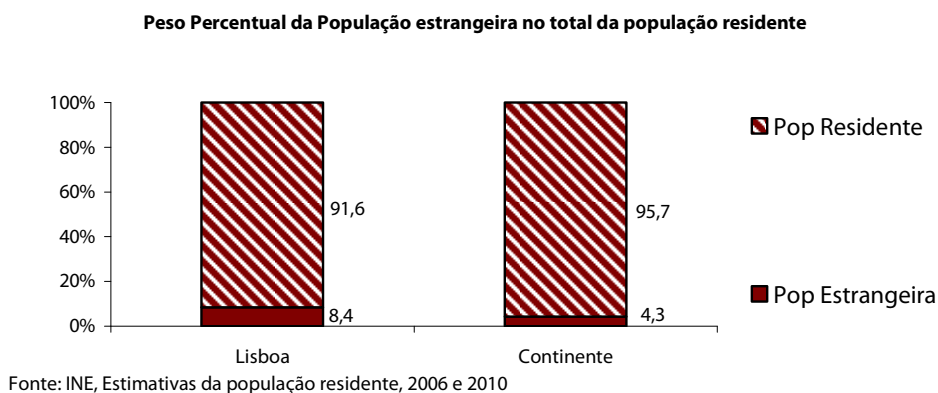
Os concelhos com menor índice de envelhecimento são os de Sintra, Vila Franca de Xira e Mafra, onde a proporção dos mais velhos é ainda inferior à dos mais novos.

Os concelhos mais envelhecidos, onde a proporção de mais velhos por relação aos mais novos é superior à média do país, situam-se maioritariamente fora da Grande Lisboa (Torres Vedras, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Cadaval). Apenas Lisboa constitui uma exceção. A cidade capital é o segundo concelho mais envelhecido do distrito de Lisboa (por cada 100 residentes com menos de 15 anos há 161 residentes que têm mais de 65).

## IMIGRAÇÃO – PERDA DE POPULAÇÃO RESIDENTE COM ESTATUTO LEGAL

Apesar da imigração em Portugal não ser um fenómeno completamente recente, a verdade é que a presença de estrangeiros no território nacional ganhou maior evidência e diversidade nos últimos anos.

O distrito de Lisboa tem revelado uma capacidade de atração bastante importante no contexto nacional.



Segundo os dados disponíveis, os estrangeiros com estatuto legal de residentes eram, em 2010 no distrito de Lisboa, 89.220 (99,1% dos quais com título de residência e 0,9% com vistos de Longa Duração).

Residem no Distrito de Lisboa 43,5 % dos estrangeiros com situação regularizada no país.

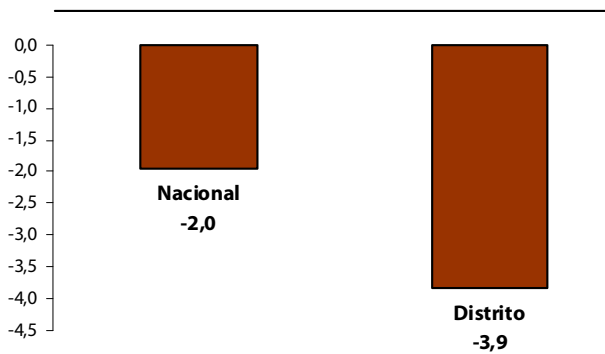
Os estrangeiros residentes em Portugal e no distrito são de origens muito diversas. A título ilustrativo, em 2010 foram apuradas 165 nacionalidades diferentes no distrito de Lisboa.

Em termos distritais, destacam-se com nacionalidades mais representativas: o Brasil (que constitui a origem de 28,5% dos estrangeiros residentes); Cabo Verde (14,2%); Angola (8,1%); Guiné Bissau (7,7%), Roménia (7,3%) e Ucrânia (6,9%).

O número oficial de estrangeiros representa uma fatia de 8,4% da população residente no distrito de Lisboa, constituindo o dobro do peso que têm no país (4,3%). É inegável o papel decisivo e de grande vitalidade, que estes têm não só para a demografia, como para a economia e sociedade tanto do distrito como do país.

No entanto, constata-se um abrandamento na imigração no distrito, bastante mais acentuado que no total do país.

**Evolução Percentual dos residentes estrangeiros  
2010/2009**



Fonte: INE, Estimativas da população residente

(2%).

Assim, por referência a 2010, o número de estrangeiros residentes no distrito manteve-se sensivelmente o mesmo, num contexto em que a imigração cresceu em termos nacionais (mais 8,8% em 2010 que em 2006).

Mas quando comparamos com os dados do ano anterior (2009), constata-se uma descida da população estrangeira no distrito de Lisboa na ordem dos 3,9%, num contexto em que no país também já se sente uma diminuição da imigração, embora numa proporção inferior à do distrito

## 2.TECIDO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

### UMA REGIÃO COM DEBILIDADES ESTRUTURAIS

#### LISBOA É CADA VEZ MENOS UM PÓLO PRODUTIVO

O crescimento da região e do país tem assentado na terciarização da sua economia, na financeirização e na concentração do capital financeiro.

Tem-se privilegiado a esfera do **comércio e serviços**, a par da economia especulativa, em detrimento da função produtiva - o que tem elevados riscos para o país, para a região, para a sua população e trabalhadores. Um país não vive apenas de comércios e serviços.

A **destruição do aparelho produtivo** tem consequências a nível económico. A substituição da produção nacional da agricultura, pescas, atividade extrativa e da indústria transformadora e da produção energética, pela importação de bens e produtos produzidos no estrangeiro está por de trás do aumento da dívida externa, da dependência estratégica do país face ao estrangeiro, do empobrecimento do país.

Para além da sua dimensão macro-económica, a destruição do aparelho produtivo tem outras consequências: mulheres, homens e suas famílias que vivem o drama do desemprego. Saberes, tradições e conhecimentos adquiridos ao longo dos anos desperdiçados. Várias empresas que encerram por efeito de dominó, pondo em causa a economia de localidades e regiões inteiras. Muitas mulheres e homens que não conseguem retornar ao mercado de trabalho ou que o fazem apenas pela via da precariedade, de mais baixos salários e mesmo da clandestinidade.

As medidas previstas pela **troika internacional, o programa do Governo PSD/CDS e a proposta de Orçamento de Estado 2012**, configuram um agravamento ainda maior das debilidades económicas da região e do país, apontam para um aprofundamento da crise económica, uma quebra no emprego e um aumento do desemprego. Simultaneamente, todas as denominadas "medidas de austeridade" não são universais e nem respeitam o princípio da equidade social, fazendo recair todos os sacrifícios sobre os trabalhadores e camadas mais desfavorecidas da população.

#### MANTÊM-SE OS LUCROS DOS GRANDES GRUPOS ECONÓMICOS

A degradação das condições de trabalho e de vida no país e na região, contrastam com a manutenção e crescimento dos lucros dos grandes grupos económicos e financeiros.

Os primeiros seis meses de 2011 mostram que as maiores empresas (excluindo o setor financeiro) continuam a aumentar os seus lucros.

Apesar da "crise" e de todos os sacrifícios, face ao ano de 2010, os lucros aumentaram 222 milhões de euros.

Os lucros dos detentores destas 16 empresas ultrapassaram os 2 mil milhões de Euros neste 1º semestre (o equivalente a 11 milhões de Euros por dia).

	2011	2010		
	Euros		%	
	1º Semestre		Evolução 11/10	Evolução 11/10
SONAECOM SGPS	31.900.000	39.300.000	-7.400.000	-18,8
SEMAPA	82.576.967	92.825.745	-10.248.778	-11,0
SONAE SGPS	34.197.372	37.368.221	-3.170.849	-8,5
ZON	19.625.393	23.823.222	-4.197.829	-17,6
PORTUCEL	97.607.480	90.312.615	7.294.865	8,1
BRISA	59.500.000	45.400.000	14.100.000	31,1
EDP	711.299.000	639.417.000	71.882.000	11,2
EDP RENOVÁVEIS	90.325.000	44.212.000	46.113.000	104,3
GALP	296.000.000	260.000.000	36.000.000	13,8
ALTRI	17.787.000	26.649.000	-8.862.000	-33,3
PT	267.000.000	264.500.000	2.500.000	0,9
J.MARTINS	146.000.000	106.000.000	40.000.000	37,7
CIMPOR	79.017.000	55.557.000	23.460.000	42,2
SOARES DA COSTA	1.896.796	3.576.461	-1.679.665	-47,0
MOTA ENGIL	28.897.615	24.044.020	4.853.595	20,2
REN	68.275.000	56.557.000	11.718.000	20,7
TOTAL	2.031.904.623	1.809.542.284	222.362.339	12,3
TOTAL/DIA	11.164.311	9.942.540	1.221.771	

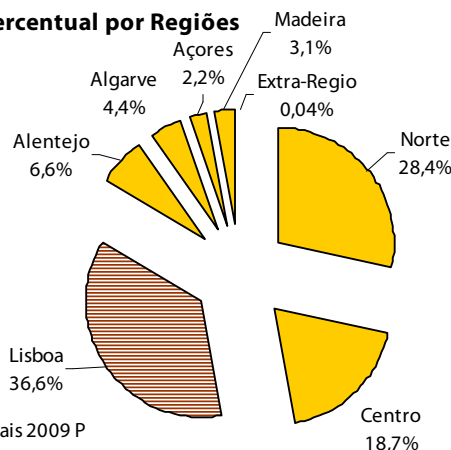
## ANÁLISE DO VALOR ACRESCENTADO BRUTO

A análise do VAB (Valor Acrescentado Bruto que corresponde ao valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo)<sup>2</sup> da Região de Lisboa e sua comparação com o país permite caracterizar a região enquanto produtora de riqueza no contexto nacional.

A região de Lisboa gerou um VAB de 54,4 mil milhões de Euros, tendo contribuído com a criação de 36,6% da riqueza do país, o que ilustra bem a preponderância e importância económica da região no contexto nacional.

A segunda região que, a seguir a Lisboa, maior riqueza produz no contexto nacional é a Região Norte (onde se enquadra a segunda maior área metropolitana – Porto) que contribuiu em 28,4% para o VAB nacional.

**Valor Acrescentado Bruto  
Distribuição percentual por Regiões**



Fonte: Ine Contas Regionais 2009 P

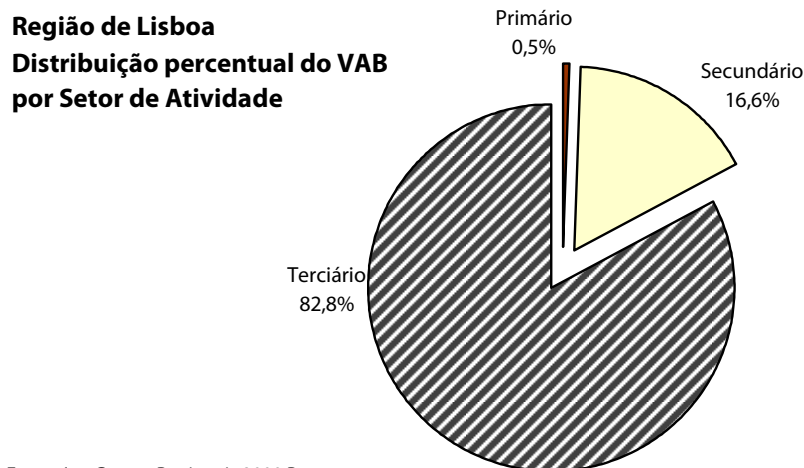
<sup>2</sup> Fonte sub-capítulo: INE, Contas regionais 2009



Dentro da região de Lisboa, a grande Lisboa assume um papel particularmente relevante. Neste sentido, é de referir que 85,2% do VAB gerado na Região (correspondendo a 46,3 mil milhões de Euros) foram da responsabilidade da Grande Lisboa

### Setores na produção de valor acrescentado na região de Lisboa

A análise da riqueza produzida na região por setores de atividade permite verificar algumas características e tendências que marcam a sua economia.



Fonte: Ine Contas Regionais 2009 P

Assim, 45 mil milhões de Euros (correspondendo a 82,8% da riqueza produzida na região de Lisboa) foram gerados no setor do Comércio e Serviços (Terciário). Trata-se de um valor e de uma proporção bastante expressivos da tendência para a terciarização da economia do distrito.

Analisando os dados desagregados por atividades económicas, o ramo de atividade que surge com maior peso percentual no conjunto do VAB da região é o das atividades financeiras, (responsável por 14% do VAB da região)<sup>3</sup>. Este é um valor que revela uma outra tendência da economia da região da região: a tendência para a sua financeirização.

O Setor secundário (Indústria, construção, distribuição de Eletricidade, Gás e Água) é responsável por 16,6% da riqueza produzida na região. Uma análise comparativa com anos anteriores permite registar uma perda do peso deste setor, uma vez que em 2000 ele era responsável por 20,8% da riqueza produzida na região.

Num único ano, entre 2008 2009 registou-se uma perda de riqueza produzida na ordem dos 2%, ou seja menos 1,1 mil milhões de euros. Esta perda foi transversal a quase todos os setores de atividade, a grande exceção foram as atividades financeiras e de seguros que apresentaram um acréscimo de 6,1%.

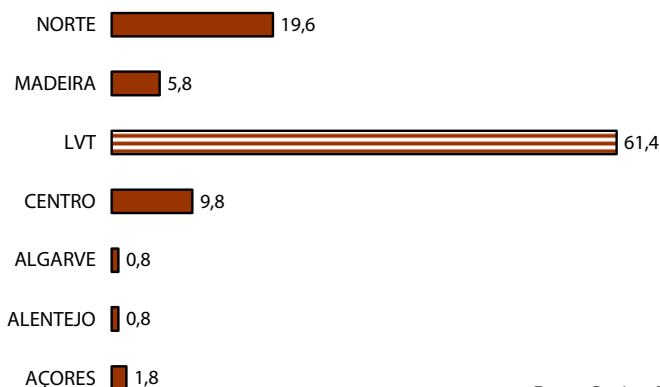
# CARACTERIZAÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL

## AS 500 MAIORES EMPRESAS

O ranking das 500 maiores e melhores empresas, editado anualmente pela revista Exame, constitui um bom indicador da posição da Região no todo nacional.<sup>4</sup>

Mais de três quintos das consideradas 500 maiores empresas em Portugal estão sedeadas na região de Lisboa. São, ao todo, 307 empresas e constituem 61,4% das que, em 2010, integraram o ranking das 500 maiores. Empregam 262.995 trabalhadores da Região. Geraram 3,6 mil milhões de lucros.

**Distribuição Percentual das 500 Maiores Empresas  
por Regiões ( Ranking revista Exame 2010)**



Fonte: Revista Exame

Considerando o conjunto das empresas sedeadas na região de Lisboa e Vale do Tejo:

O controlo acionista destas empresas é maioritariamente privado (40,7%) ou estrangeiro (38,8%). De registar que apenas 3,9% são de controlo acionista público, sendo praticamente inexpressivo o cooperativo. Comparando com o ano de 2007, as empresas que subiram em termos de representação nas 500 maiores foram apenas as de capital estrangeiro (+7,4%), registando-se uma descida das de capital privado não estrangeiro (-29,8%) e das de capital público (-20%), o que não deixa de ser revelador da forte ausência de investimento na economia nacional nos últimos anos.

O capital estrangeiro tem um peso superior nas empresas sedeadas na Região que no restante país. Deste modo, 119 das 164 empresas com controlo acionista estrangeiro que fazem parte do ranking das 500 maiores (correspondendo a 72,6%) estão sedeadas na Região de Lisboa.

<sup>4</sup> Os dados referentes a este capítulo são relativos à Região de Lisboa e Vale do Tejo e têm como Fonte: Exame, 500 maiores e melhores, edição 2007

Destacam-se como países com maior peso neste ranking: a Espanha (que constitui a origem de 16,81% das empresas com controlo acionista estrangeiro), a Alemanha (15,13%) e os Estados Unidos da América (15,3%).

O setor de serviços é responsável por 16,3% das maiores empresas na região, seguido de muito longe pelo Comércio de veículos automóveis, ao qual pertencem 8,1% das empresas. O contributo das empresas industriais para as maiores empresas da região é bastante pequeno. Revelador desta realidade é o facto de que as empresas industriais mais importantes neste conjunto (as que pertencem à Metalomecânica e metalurgia de base) apenas constituem 4,9% do total das maiores da região.

## O SETOR PRIVADO NO DISTRITO DE LISBOA

Os dados do Mapa de Quadros de Pessoal (editados pelo Ministério do Trabalho) dão-nos uma visão sobre o setor estruturado da economia (excluindo deste modo a administração pública), permitindo-nos assim caracterizar o tecido empresarial privado no distrito de Lisboa.<sup>5</sup>

Estão sedeadas no distrito de Lisboa 78.763 empresas com 877.864 pessoas ao serviços, das quais 817.594 são Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO's).

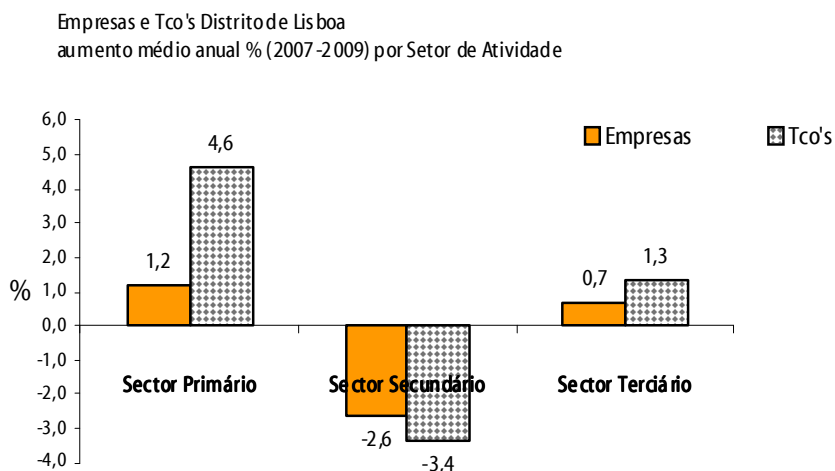
Em Lisboa estão sedeadas 23% das empresas do Continente e aqui laboram 30% dos seus trabalhadores por conta de outrem.

Os dados relativos aos Mapas de Quadro de Pessoal confirmam a consolidação e reforço de algumas tendências no distrito de Lisboa que passamos a analisar:

### CRESCIMENTO MUITO TÍMIDO DO NÚMERO DE EMPRESAS E VOLUME DE EMPREGO

Entre 2007 e 2009 o tecido empresarial no distrito cresceu bastante timidamente, tanto em número de empresas (a um ritmo médio anual de 0,1%) como em volume de emprego por conta de outrem (a um ritmo médio anual de 0,4%).

### NEM TODOS OS SETORES DE ATIVIDADE CRESCERAM DA MESMA FORMA.



Fonte:GEP MQP/07/09

<sup>5</sup> Os dados referentes ao capítulo do Setor Estruturado da economia têm como fonte: GEP/MTSS, Mapa de Quadros de Pessoal, 2007 e 2009

No setor primário o número de empresas cresceu a um ritmo médio anual de 1,2% e o emprego por conta de outrem a um ritmo médio de 4,6%;

No setor Terciário o número de empresas cresceu a um ritmo médio anual de 0,7% e o emprego por conta de outrem a um ritmo médio de 1,3%;

No setor secundário houve uma diminuição do número total de empresas a um ritmo médio anual de menos 2,6% e do número de trabalhadores por conta de outrem a um ritmo médio ainda mais acelerado de menos 3,4%.

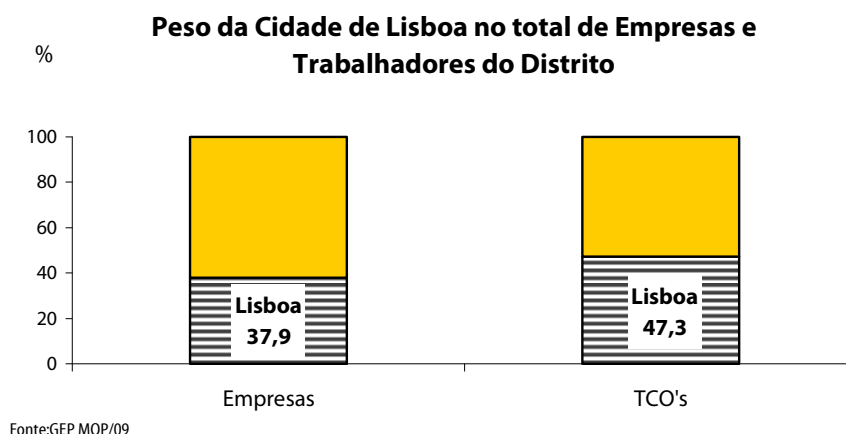
Em termos absolutos, este período saldou-se por uma destruição de 1.139 empresas e 15.595 postos de trabalho por conta de outrem no setor secundário.

### **EVOLUÇÕES DIFERENCIADAS SEGUNDO OS CONCELHOS:**

No período em análise, os únicos concelhos que viram crescer o seu número de empresas foram: Cascais, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Loures.

Vários concelhos aumentaram o seu volume de emprego por conta de outrem. No entanto, este aumento de emprego deveu-se, em todos os concelhos (à exceção de Arruda) ao setor terciário.

### **A CIDADE DE LISBOA É O GRANDE PÓLO DE EMPRESAS E EMPREGO NO DISTRITO**



A cidade de Lisboa continua a constituir-se como elemento central e polarizador da economia no distrito, de que a concentração de empresas e de emprego no seu território constitui um bom indicador. A capital, continua a ocupar um lugar de grande preponderância no quadro institucional e empresarial do distrito e do país.

Assim, 37,9% das empresas do distrito estão sediadas no concelho de Lisboa e aqui trabalham 47,3% dos trabalhadores por conta de outrem do Distrito.

A supremacia de Lisboa assenta sobretudo no setor terciário, que constitui 90,3% do seu tecido empresarial e 92,3% do seu emprego por conta de outrem. A título de exemplo, é de referir a expulsão da industrial: na cidade estão apenas 18,8% das empresas da indústria transformadora sediadas no distrito e aqui trabalham apenas 14,2% dos seus trabalhadores por conta de outrem.

## Distribuição das empresas e dos Trabalhadores por Conta de Outrem nos concelhos do distrito de Lisboa

Concelhos	Empresas		Tco's	
	Nº	%	Nº	%
ALENQUER	1.415	1,8	12.876	1,6
AMADORA	4.111	5,2	42.125	5,2
ARRUDA DOS VINHOS	534	0,7	3.317	0,4
AZAMBUJA	488	0,6	7.037	0,9
CADAVAL	446	0,6	2.612	0,3
CASCAIS	6.407	8,1	44.936	5,5
LISBOA	29.857	37,9	387.006	47,3
LOURES	5.587	7,1	54.260	6,6
LOURINHA	1.097	1,4	5.393	0,7
MAFRA	2.869	3,6	20.185	2,5
ODIVELAS	3.730	4,7	20.870	2,6
OEIRAS	5.480	7,0	81.025	9,9
SINTRA	10.070	12,8	76.799	9,4
SOBRAL MONTE AGRACO	359	0,5	1.958	0,2
TORRES VEDRAS	3.066	3,9	21.151	2,6
VILA FRANCA DE XIRA	3.247	4,1	36.044	4,4
<b>DISTRITO DE LISBOA</b>	<b>78.763</b>	<b>100</b>	<b>817.594</b>	<b>100</b>

Fonte:GEP MQP/07/09

A constatação da supremacia relativa de Lisboa no âmbito do distrito e de uma certa dispersão face aos outros concelhos não deve, no entanto, retirar visibilidade à emergência de novos pólos de serviços e indústria e à constituição de novas centralidades.

Destacam-se, embora com importância relativa muito menor: o concelho de Sintra (com 12,8% do tecido empresarial do Distrito e 9,4% do seu emprego por conta de outrem) e o concelho de Oeiras (com 7% do tecido empresarial do distrito e 9,9% do seu emprego por conta de outrem);

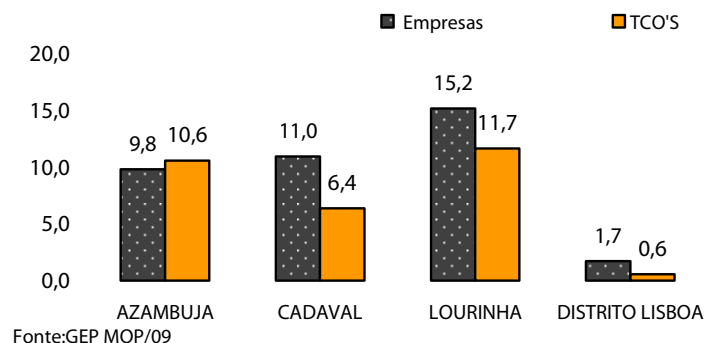
O Concelho de Sintra assume particular importância em termos industriais: É o concelho onde estão a maioria das empresas da Indústria extrativa (34,3%) e da Indústria transformadora (22,8%) do distrito e é também o maior empregador em termos industriais.

### SETOR PRIMÁRIO MUITO POUCO EXPRESSIVO

Apenas 1,7% das empresas do distrito pertencem ao setor primário (Agricultura, produção animal e Pescas) e uma percentagem ainda menos expressiva (0,6%) dos trabalhadores por conta de outrem laboram neste setor.

O peso deste setor não é, no entanto, idêntico em todos os concelhos. Há mesmo concelhos cuja estrutura empresarial e de emprego se distingue da do total distrital, revelando um peso bastante superior do setor primário (igual ou superior a 10%). Merecem particular destaque os concelhos da Lourinhã, Azambuja e Cadaval.

**Empresas e Tco's do Sector Primário**  
**Comparação do peso do sector nos concelhos onde é**  
**mais expressivo com o total do Distrito**



## DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O fenómeno da desindustrialização do distrito não só não foi contrariado, como se acentuou.

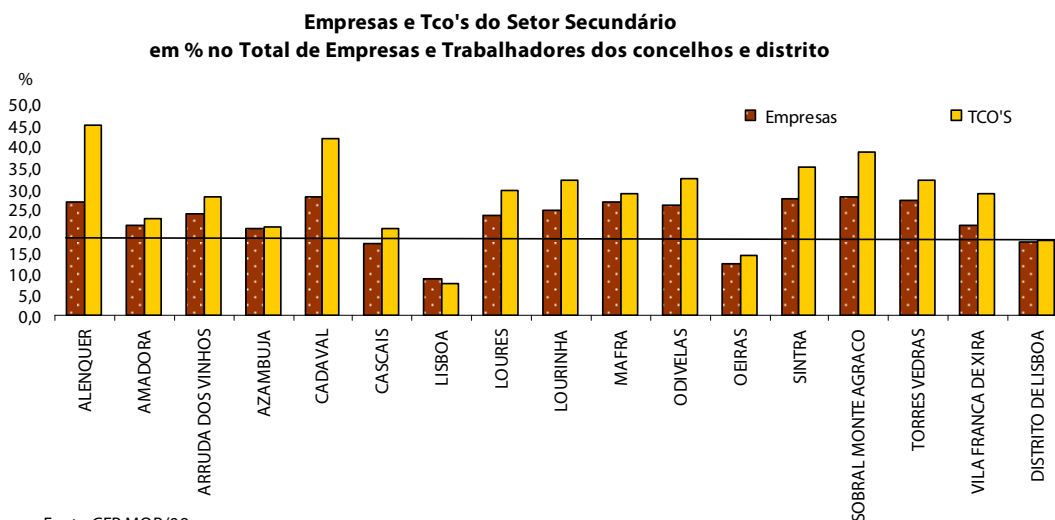
Como já referimos, o setor secundário no seu conjunto perdeu bastante em termos de empresas e de emprego.

No entanto, a evolução não foi idêntica em todas as atividades pertencentes ao setor terciário. Assim, a destruição de empresas e emprego nas indústrias (extrativas e transformadoras) e na Construção contrasta com o aumento nas áreas da Eletricidade, gás, vapor, água quente e ar frio e da Captação e tratamento de águas (os chamados bens não transacionáveis).

O distrito é, pois, cada vez menos produtivo em termos industriais.

Em apenas dois anos (2007 e 2009) perderam-se no distrito 409 empresas pertencentes à indústria transformadora e 7.662 postos de trabalho por conta de outrem.

Destacam-se como concelhos onde, apesar de tudo, a indústria transformadora tem um peso importante no tecido empresarial e onde mais de 15% dos seus trabalhadores laboram nesta atividade: Alenquer; Arruda dos vinhos; Azambuja; Cadaval; Loures; Mafra; Sintra; Sobral de Monte Agraço; Torres Vedras, Vila Franca de Xira.



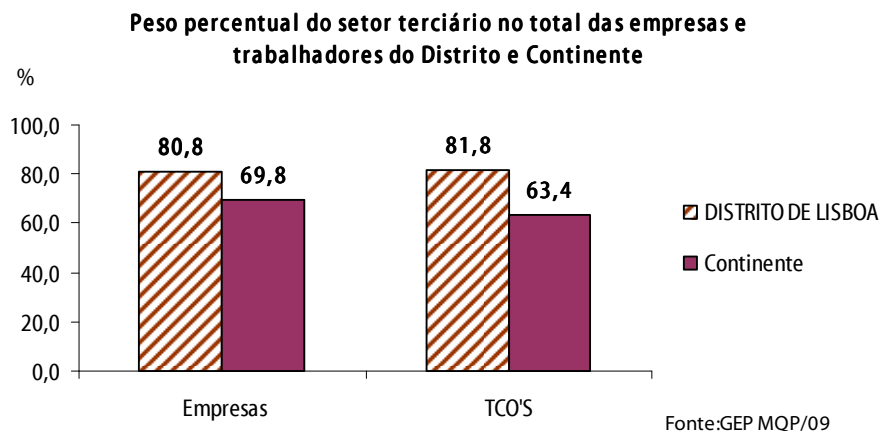
A cidade de Lisboa destaca-se como o concelho onde a indústria tem menos peso em termos de estrutura empresarial e de emprego.

### **TERCIARIZAÇÃO EXCESSIVA**

A par da desindustrialização, a terciarização da economia do distrito, é uma realidade que continua a intensificar-se.

No distrito, o setor terciário constitui já 80,9% do tecido empresarial e absorve 81,8% dos seus trabalhadores por conta de outrem.

Comparando com o números do país (já de si com um elevado índice de terciarização), confirma-se a excessiva terciarização do distrito capital. Assim, no Continente, pertencem ao setor terciário 69,8% das empresas e 63,4% dos trabalhadores por conta de outrem.



Entre 2007 e 2009, apesar dum crescimento relativamente tímido face a anos anteriores, as empresas no setor terciário cresceram a um ritmo médio anual de 0.7% e o emprego por conta de outrem 0,4 %. Em termos absolutos tal crescimento saldou-se em mais 1.229 empresas e 25.799 empregos por conta de outrem em 2009 por relação a 2007.

Entre 2007 e 2009 a evolução não foi igual em todas as atividades pertencentes ao setor terciário.

Contrastando com o total do setor, o Comércio por grosso e retalho diminuiu em número de empresas (menos 870 empresas) e volume de emprego (menos 4.554 trabalhadores por conta de outrem).

### **AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SÃO MAIORITÁRIAS NO TECIDO EMPRESARIAL MAS NÃO SÃO AS MAIORES EMPREGADORAS**

À semelhança do país, o tecido empresarial do distrito é maioritariamente constituído por micro e pequenas empresas.

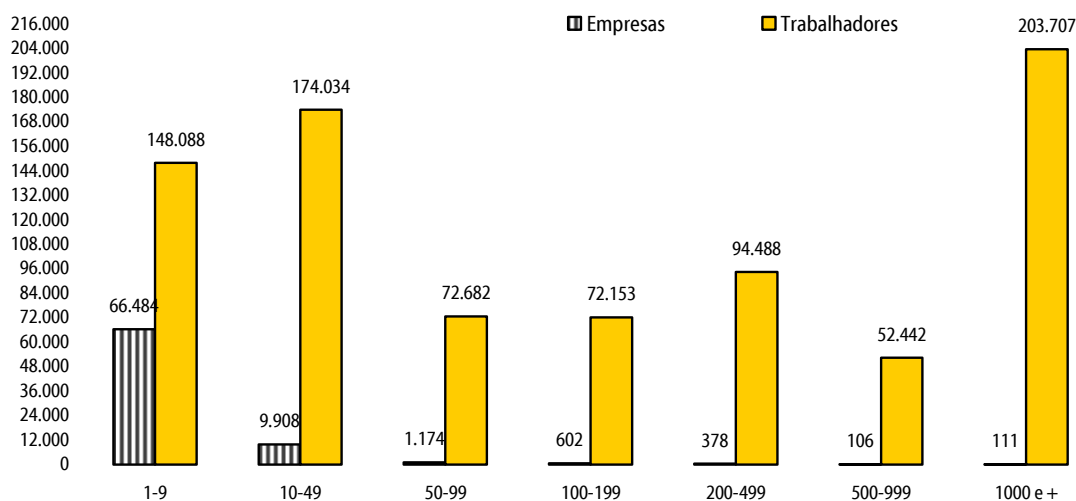
As empresas com menos de 10 pessoas ao serviço constituem 84,4% das empresas do distrito.

No escalão seguinte (entre 10 e 49 pessoas aos serviço) estão 12,6% das empresas no distrito.

As empresas com mais de 50 trabalhadores, constituem apenas 3% do tecido empresarial do distrito.

No entanto, esta relação tal não tem igual correspondência em termos de volume de emprego, como se pode ver pelo gráfico em baixo.

**Distribuição das Empresas e Trabalhadores  
por escalão de dimensão no Distrito de Lisboa**



Fonte:GEP MQP/09

As 66.484 empresas de micro e pequena dimensão (escalão de 1 a 9) empregam 19% dos trabalhadores do distrito.

No escalão seguinte (entre 10 a 49) laboram 21,3% dos Trabalhadores por conta de outrem do distrito. Nas empresas com 1000 e mais trabalhadores (que ao todo são 111 no nosso distrito) laboram 24,9% dos trabalhadores por conta de outrem.

Das grandes empresas, 73% estão no Concelho de Lisboa, seguido de Oeiras (onde estão 9,9%).



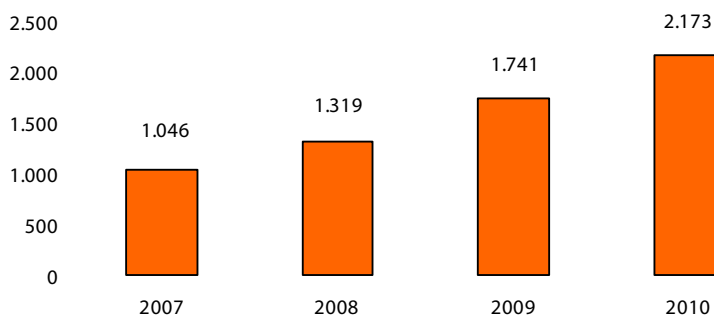
# AUMENTO DE ENCERRAMENTOS, FALÊNCIAS E DESPEDIMENTOS NO DISTRITO

## FALÊNCIA E INSOLVÊNCIAS

A pretexto da crise, foram várias as empresas que encerraram e abandonaram as suas unidades produtivas, desviaram equipamentos, deixaram de pagar salários e despediram os seus trabalhadores.

No distrito de Lisboa, no ano de 2010 deram entrada nos tribunais judiciais de 1ª instância 2.173 processos de falência, insolvência, constituindo mais do dobro dos que entraram em 2007 (1.046).

Processos de Insolvência  
Tribunais Distrito de Lisboa



Fonte: DGPJ Direção Geral da Política de Justiça

## DESPEDIMENTOS COLETIVOS

Também os despedimentos coletivos aumentaram no período compreendido entre 2007 e 2010.

Tendo por referência este período, foram alvo de despedimento coletivo 3.435 trabalhadores, pertencentes a 268 empresas da região de Lisboa e Vale do Tejo. Destes, 8.682 trabalhadores de 67 empresas foram despedidos no ano que findou.<sup>6</sup>

## DÍVIDAS AOS TRABALHADORES

De acordo com um levantamento feito pela USL, o valor global da dívida aos trabalhadores decorrente de encerramentos e falências de empresas já ultrapassa os 60 milhões de euros, afetando mais de 5 mil trabalhadores e envolvendo 310 empresas de 7 setores de Atividade.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> DGERT, Despedimentos coletivos concluídos entre 2007 e 2010

<sup>7</sup> Tratamento dos dados dos sindicatos do distrito relativos às dívidas aos trabalhadores

# 3.EMPREGO NA REGIÃO DE LISBOA

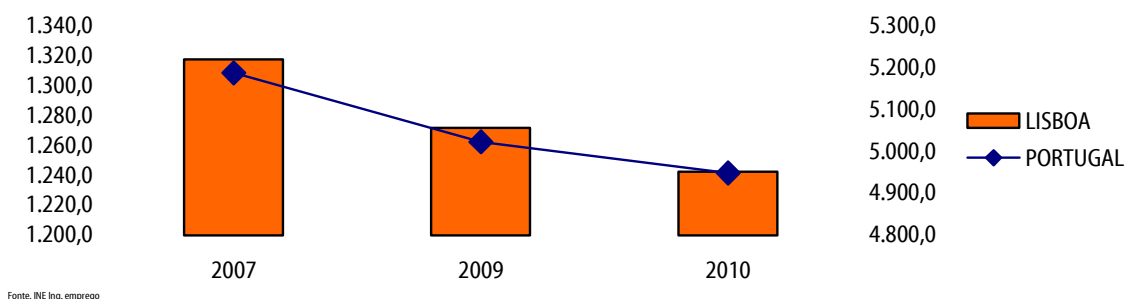
## EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA REGIÃO DE LISBOA<sup>8</sup>

A evolução do emprego na região tem sido profundamente marcada pela generalização da precariedade e insegurança de emprego, a par do aumento do desemprego, com consequências graves ao nível do agravamento da pobreza, risco de exclusão e aumento das desigualdades.

Assim, considerando os dados do INE para o 4º trimestre de 2010 e a sua comparação com o mesmo trimestre de 2007 indiciam-se as seguintes tendências no emprego da Região de Lisboa:

A perda de emprego: entre 2007 e 2010 perderam-se 75.200 empregos na região de Lisboa (mais de 30% dos postos de trabalho que se perderam no país). Apenas no último ano (entre 2009 e 2010) perderam-se 29.600 empregos na região.

**População Empregada região Lisboa e Portugal  
2007-2010**



O aumento do desemprego: a taxa de Desemprego na região subiu de 8,4% em 2007 para 12,3% em 2010.

A tendência para a substituição de contratos sem termo por contratos a termo: o número de TCO's com contrato sem termo diminuiu (menos 1,7% que em 2007). Em contrapartida, o número de trabalhadores com contrato a termo aumentou (2,7%).

<sup>8</sup> O capítulo sobre o Emprego na Região tem como principal fonte estatística: INE, Inquérito ao Emprego, 2007 e 2010

# CARACTERIZAÇÃO ESTATÍSTICA

## POPULAÇÃO ATIVA

A população ativa da região de Lisboa (aqueles que, com 15 e mais anos, constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços) é constituída por 1.410.500<sup>9</sup>, dos quais 1.251.800 estão empregados e 158.700 desempregados.

## POPULAÇÃO EMPREGADA

### Setores de Atividade

O maior empregador da Região de Lisboa é o Setor do comércio e serviços (onde estão 80% da população empregada), seguidos do Setor da Indústria, Construção, Energia e Água (18,9%) e por último a agricultura, produção animal e pesca (1,2%).

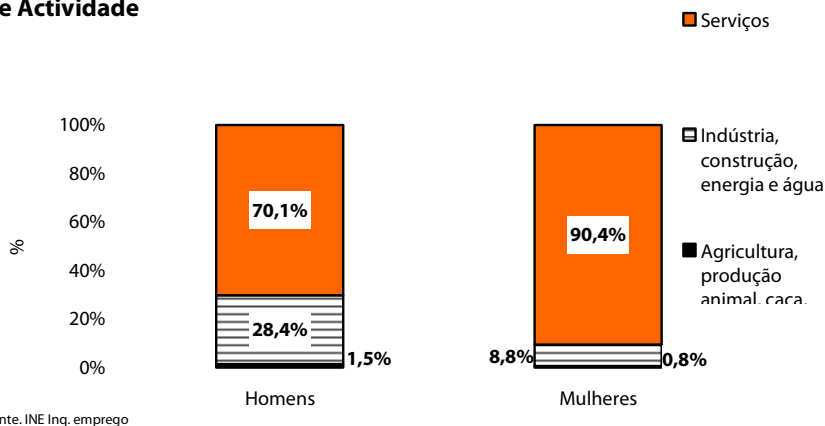
A estrutura sectorial da região difere da nacional, onde o setor do comércio e serviços tem um peso inferior (61,4%) e os setores produtivos da indústria, construção, energia (27,7%) e da Agricultura, produção animal e pescas (10,9%) têm um peso superior.

### Distribuição por sexo

Minoritárias no emprego total da região (onde constituem 46,9% da população empregada) e no setor da Indústria, Construção, Energia, Águas (onde constituem apenas 27,5% da população empregada) as mulheres trabalhadoras constituem, no entanto, a maioria dos empregados no setor do Comércio e serviços (55,4% da população empregada neste setor).

O peso das mulheres no total da população empregada na região é ligeiramente superior ao do país (46,9%).

**Distribuição percentual de Homens e Mulheres por setor de Actividade**



<sup>9</sup> INE, Inquérito ao Emprego, anual 2010

## Distribuição etária

Em termos etários, a maioria da população empregada no distrito tem 45 e mais anos (39,2%). Destaca-se o facto de a população empregada entre os 15 e os 24 no total do emprego da região ser relativamente reduzida (5,8%), refletindo deste modo uma entrada mais tardia no mercado de trabalho, em grande medida acompanhada pelo prolongamento dos estudos.

## Distribuição por situação na profissão

O trabalho por conta de outrem continua a ser o meio privilegiado de relação de trabalho no distrito de Lisboa. Os trabalhadores por Conta de Outrem constituem 86,6% da população empregada na região.

Os trabalhadores por conta própria constituem 13,4% dos empregados.

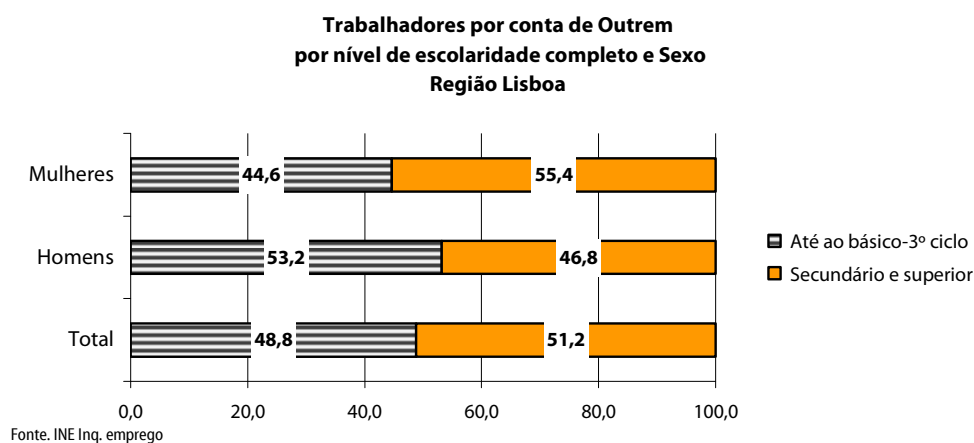
A estrutura do emprego por situação na profissão difere da nacional, onde o peso do emprego por conta de outrem é menor (77,2%) e do emprego por conta própria maior (22,8%)

## TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM

### HABILITAÇÕES DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM

Na região de Lisboa, por comparação com o todo nacional, regista-se um nível de habilitações mais elevado dos trabalhadores por Conta de Outrem, embora se continue longe de atingir os níveis desejados e fundamentais para o desenvolvimento social e económico do país e da região.

Considerando os dados do Inquérito ao Emprego, conclui-se que uma percentagem muito significativa de trabalhadores por conta de outrem na região de Lisboa tem um nível de escolaridade inferior ou equivalente ao ensino básico – 3º Ciclo (48,8%).



Apesar de elevada, esta proporção é bastante inferior ao todo nacional, onde 60,1% dos TCO's têm habilitações que não ultrapassam o 3º ciclo do ensino básico.

Simultaneamente, também a proporção de trabalhadores com habilitações de nível mais elevado é maior que a registada no país.

Assim, 51,2% dos Trabalhadores por Conta de Outrem da Região têm habilitações de nível secundário e superior, proporção que é significativamente inferior (39,9%) quando se considera o todo nacional.

### **As mulheres trabalhadoras são quem atinge os níveis de escolaridade mais elevados.**

Enquanto que 46,8% dos Homens trabalhadores têm habilitações de nível secundário e superior, esta proporção corresponde a 55,4% mas mulheres trabalhadoras.

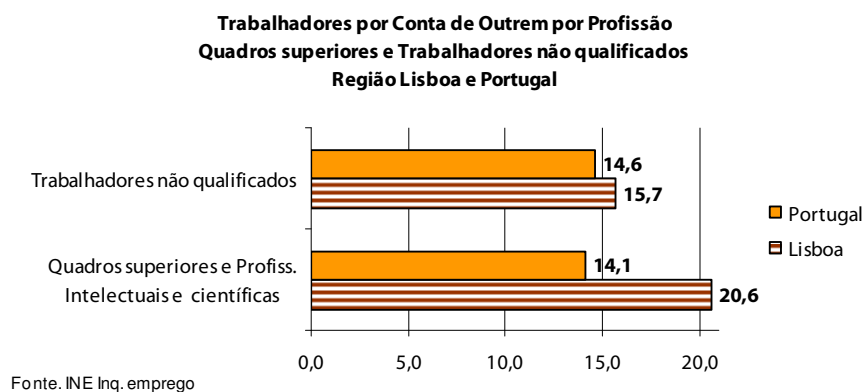
O problema dos baixos níveis de habilitação dos trabalhadores, embora não desapareça, tem uma expressão mais diluída junto dos trabalhadores entre os 25 e os 34 anos (onde 67% têm já habilitações de nível secundário e superior e 33% têm uma escolaridade não ultrapassa o ensino básico). Contudo, é de realçar negativamente o facto de a geração mais nova de trabalhadores (aqueles que têm menos de 25 anos) tender a reproduzir, com ligeiras melhorias, o modelo das gerações mais velhas. Assim, na região de Lisboa, 45,5% dos trabalhadores por conta de outrem com menos de 25 anos têm um nível de habilitação que não ultrapassa o ensino básico.

### **TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM POR PROFISSÃO**

Em termos de estrutura profissional na Região de Lisboa, destacam-se como profissões mais representativas: Pessoal de serviços e vendedores (16,4%), à qual se seguem os Técnicos e Profissionais de nível intermédio (16,2%).

Destaca-se um peso ainda bastante grande dos trabalhadores não qualificados na estrutura do emprego na região de Lisboa, cuja proporção é de 15,7%.

Em termos das profissões mais qualificadas (Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas; Especialistas das profissões intelectuais e científicas) estas têm um peso importante no emprego da região (20,6%), superior ao que têm no conjunto do país (14,5%).



A importância da Região de Lisboa no contexto do emprego nacional por conta de outrem sobe à medida que as profissões são mais exigentes em termos de qualificações.

Deste modo, Lisboa emprega 27,9% dos Trabalhadores por conta de outrem do país; 43,8% dos quadros superiores e dirigentes do país e 39,8% dos especialistas das profissões intelectuais e científicas do país.

# O TRABALHO PRECÁRIO

As formas precárias de emprego constituem a face mais visível (e também mais negra) das tendências para flexibilizar o mercado de trabalho e o emprego, baseadas na maior parte dos casos em estratégias empresariais de redução de custos, em particular os custos de trabalho, procurando transferir riscos para os trabalhadores e para as empresas subcontratadas.

Como já foi afirmado, a precariedade é geradora de novas formas de desigualdade, insegurança, injustiça e sofrimento no mundo do trabalho

Bastante associada aos trabalhadores mais jovens, a verdade é que a precariedade tende a afetar de modo cada vez mais transversal as várias gerações de trabalhadores, nas mais variadas ocupações profissionais.

São formas de trabalho associadas à precariedade no trabalho: os contratos a termo (certo ou incerto); o recurso à subcontratação e aluguer de mão de obra a empresas de trabalho temporário; o trabalho a tempo parcial; o contrato de prestação de serviços e o trabalho independente (onde se incluem os “falsos independentes”); o trabalho ao domicílio, incluindo o teletrabalho; O trabalho realizado ao dia, semana ou mês ou à tarefa.

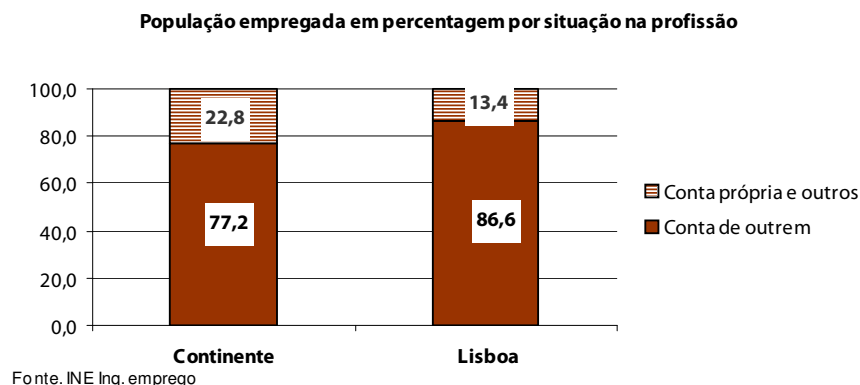
Algumas das formas de trabalho precário não são facilmente detetadas nas estatísticas, sobretudo aquelas que estão relacionadas com a sua dimensão não legal ou clandestina.

No entanto, há vários dados estatísticos permitem quantificar e caracterizar a dimensão precária do emprego na região de Lisboa.

## TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA – OS FALSOS RECIBOS VERDES

A par das profissões liberais e dos denominados empresários em nome individual, o trabalho por conta própria tem servido para mascarar situações de precariedade como são os falsos recibos verdes, isto é, trabalhadores que na realidade trabalham por conta de outrem e estão inseridos numa estrutura hierárquica e, no entanto, passam recibos verdes como se fossem trabalhadores independentes (com todas as gravosas consequências que tal situação tem em termos de proteção social e de remunerações).

O Trabalho por Conta Própria constitui a situação na profissão de 168.000 trabalhadores

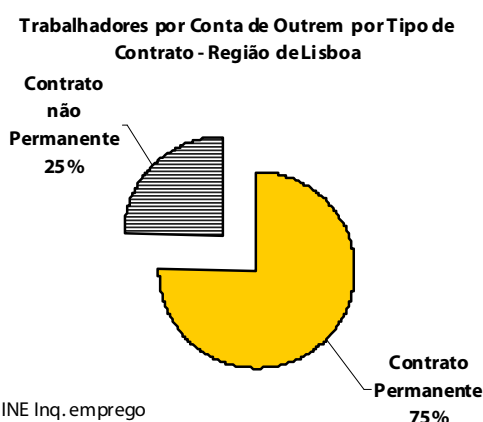


empregados da região (correspondendo a 13,4% do total da população empregada na região de Lisboa).

## UM QUARTO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO TEM UM CONTRATO PRECÁRIO

A contratação não permanente (e particularmente a contratação a termo ou a prazo) constitui o modo de inserção laboral de um número crescente de trabalhadores, muitos deles vivendo em grande instabilidade há vários anos, com dificuldades de perspetivar a sua vida quer em termos laborais, quer pessoais.

A análise estatística sobre a natureza dos vínculos dos Trabalhadores por Conta de Outrem na Região de Lisboa, revela um recurso crescente à contratação a termo e a outro tipo de contratações não permanentes, bem como revela a cada vez mais curta duração destes contratos.



Fonte: INE Inq. emprego

Ao todo, são 264.900 os trabalhadores por conta de outrem que não têm um vínculo de emprego efetivo e constituem 24,8% (um quarto) dos trabalhadores por conta de outrem na região.

A contratação não permanente atinge na Região de Lisboa uma dimensão superior à do país, onde a percentagem de trabalhadores sem vínculo estável é de 22,5%.

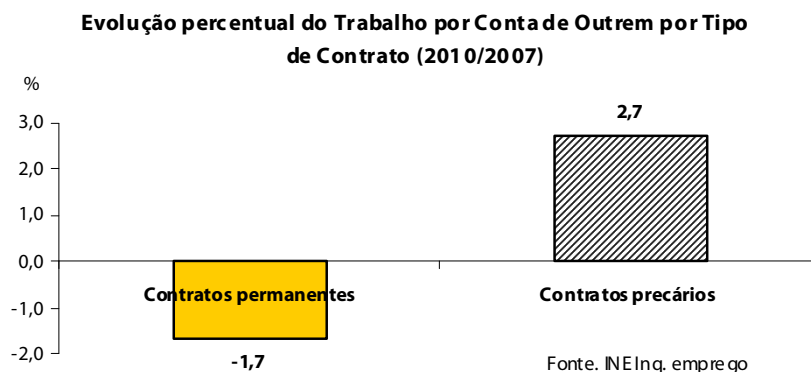
Na região, as profissões mais precárias em termos contratuais são as do Pessoal de Serviços e Vendedores (onde 33,2% dos trabalhadores têm um contrato precário) e dos Operários, artífices e trabalhadores similares (onde 30,8% têm um contrato precário).

Na região, as profissões mais precárias em termos contratuais são as do Pessoal de

Focalizando a análise nos trabalhadores com vínculos não permanentes, conclui-se que a forma de contratação não permanente mais recorrente é a dos contratos a termo. Assim, 77,8% dos trabalhadores com vínculo precário têm um contrato a termo.

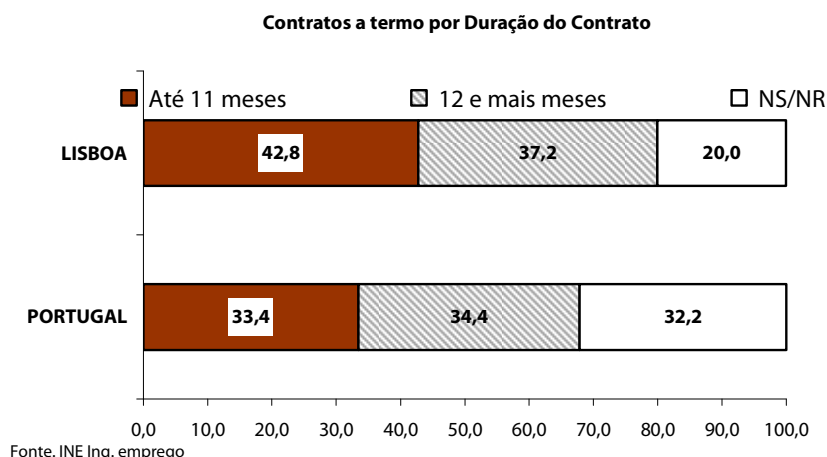
Os outros tipos de contratação não permanente (sazonal, temporário e outros) atingem na região de Lisboa 22,3% dos trabalhadores por conta de outrem em situação de precariedade.

Num contexto de enorme retração do emprego, esta é a única forma de contratação que cresceu entre 2007 e 2010.



Fonte: INE Inq. emprego

## A duração dos contratos a termo na região de Lisboa tem diminuído



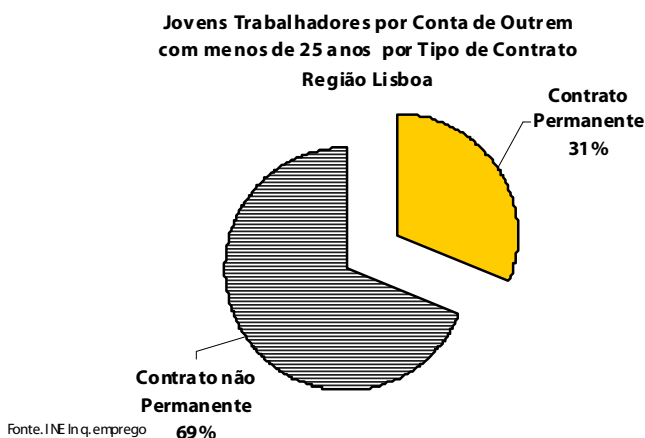
Atualmente, 42,8% dos contratos a termo têm uma duração inferior a 11 meses. No país, esta proporção é bastante mais baixa (33,4%).

## A precariedade dos vínculos afeta igualmente homens e mulheres

No entanto, os homens estão mais representados na contratação a termo (constituindo 50,8% dos trabalhadores com este tipo de vínculo) e as mulheres mais representadas nos outros tipos de contratação não permanente (constituindo 52,5% dos trabalhadores com este tipo de vínculo).

## A precariedade afeta fortemente os trabalhadores mais jovens

Em termos etários, a contratação não permanente ou precária é bastante mais elevada nos trabalhadores mais jovens e tem constituído o seu principal meio de entrada na vida laboral.



Assim, 68,9% dos trabalhadores jovens com menos de 25 anos tem um contrato não permanente, o que significa que em cada 10 perto de 7 têm um vínculo de trabalho precário.

É neste grupo etário que as mulheres são particularmente atingidas pela precariedade: 78,5% das jovens trabalhadoras com menos de 25 anos têm um vínculo

precário, percentagem que é de 59,8% nos jovens trabalhadores.

Muitos destes jovens não veem a sua situação laboral estabilizada com o avançar da idade. No grupo etário seguinte (25 aos 34 anos) há 39,4% de trabalhadores que não têm um vínculo estável de trabalho.



## TRABALHO A TEMPO PARCIAL

Em Portugal e na região de Lisboa, o trabalho a tempo parcial está longe de constituir uma opção.

O facto de grande parte dos trabalhadores estar neste regime porque não encontrou o mesmo trabalho a tempo completo, confirma uma dimensão não desejada e precarizante do trabalho a tempo parcial, à qual se associam as denominadas situações de subemprego (trabalhando-se menos horas do que se estaria disponível e ganhando por isso uma remuneração mais baixa).

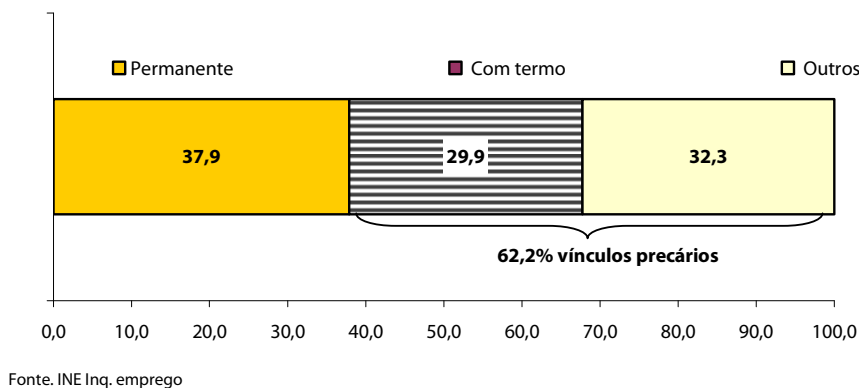
Na região de Lisboa, há 95.300 trabalhadores empregados a tempo parcial, dos quais 65,9% são mulheres.<sup>10</sup>

Apesar de ser uma forma de trabalho muito associada às mulheres, é de registar o seu crescimento entre os homens, particularmente no último ano. Assim, entre 2009 e 2010 o número de homens a trabalhar neste regime subiu 7,3%,

Da população empregada a tempo parcial, 72,4% trabalham por conta de outrem, 22,3% por conta própria e 3,9% estão noutras situações.

Dos trabalhadores por Conta de Outrem que laboram em regime de Tempo parcial, 47,7% fazem-no por não ter encontrado um trabalho a tempo completo (confirmando assim a dimensão de subemprego associada a esta realidade).

**Trabalhadores por Conta de Outrem a Tempo Parcial  
por tipo de Vínculo na Região de Lisboa**



Simultaneamente, o trabalho a tempo parcial está muito associado à precariedade dos vínculos. A esmagadora maioria dos vínculos de trabalho são precários (62,2%): 29,9% dos trabalhadores a tempo parcial são contratados a termo 32,3% têm outro tipo de contrários precários e atípicos.

O trabalho a tempo parcial está longe de afetar apenas os trabalhadores mais jovens. Na região de Lisboa, 48,6% dos trabalhadores neste regime têm mais de 44 anos.

<sup>10</sup> INE, Inquérito ao Emprego, 4º Trimestre de 2010

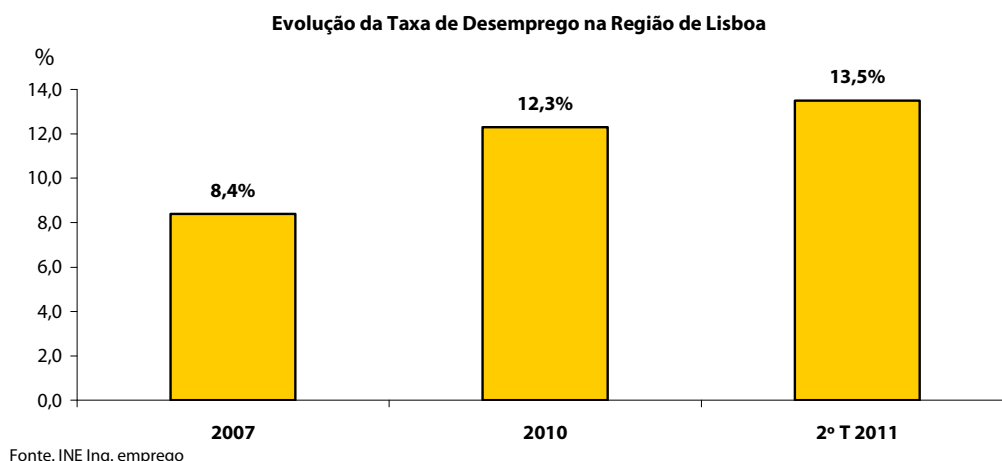
# AUMENTO DO DESEMPREGO NA REGIÃO DE LISBOA

O desemprego no país e em Lisboa teve um aumento muito acentuado nos últimos anos, com consequências graves no tecido económico e social.

Do ponto de vista do seu enquadramento económico e social, os números do desemprego significam, entre outros, um subaproveitamento e desperdício de potencial humano e o afastamento de um número muito significativo de indivíduos da vida económica, ativa e produtiva.

Do ponto de vista social e individual, o desemprego tem consequências devastadoras (a nível psicológico e emocional, questões como a perda de autoestima e a depressão; a nível social aumentam problemas de inserção e a exposição aos fenómenos de pobreza e exclusão social).

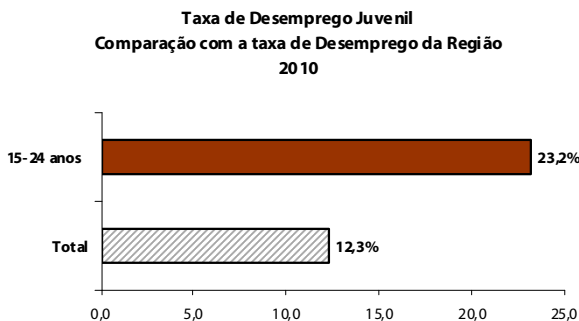
De acordo com os dados do INE, no quarto trimestre de 2010, na região de Lisboa, estavam no desemprego 173.500 pessoas, mais 52.600 que no ano de 2007. Tal significa que em 2010 estavam no desemprego mais 144 pessoas por dia que no ano de 2007.



A taxa de desemprego na região de Lisboa, que em 2007 se situava nos 8,4%, atingiu os 12,3% no final de 2010, superior à do país em 1,2 pontos percentuais e 13,5% no segundo trimestre de 2011.

## A TAXA DE DESEMPREGO JUVENIL É MUITO ELEVADA

A taxa de desemprego juvenil (menos de 25 anos) na região de Lisboa (23,2%), é quase o dobro da taxa de desemprego regional.



No grupo etário seguinte (25 a 34 anos) a taxa de desemprego é também elevada por referência ao todo da região, atingindo os 13,9%.

Analisando a estrutura do desemprego por grupo etário, são majoritários os desempregados com mais de 44 anos (constituindo 33,5% dos desempregados da região). Este é o grupo considerado “velho demais para trabalhar, novo demais para se reformar”, com consequências grandes em termos de desemprego de longa duração e de desperdício de trabalhadores com elevado saber e valor acumulado ao longo dos anos de trabalho.

### **DESEMPREGADOS POR HABILITAÇÃO**

Analisando ainda os números do desemprego da Região, a probabilidade de estar desempregado é bastante superior nos trabalhadores com escolaridade mais baixa. Assim, 66% dos desempregados da região têm habilitação de nível igual ou inferior ao Básico-3º ciclo.

No entanto, é também de destacar o desperdício de qualificações, visível na proporção não negligenciável de desempregados com habilitações de nível secundário e superior (21,6% e 12,3% respetivamente).

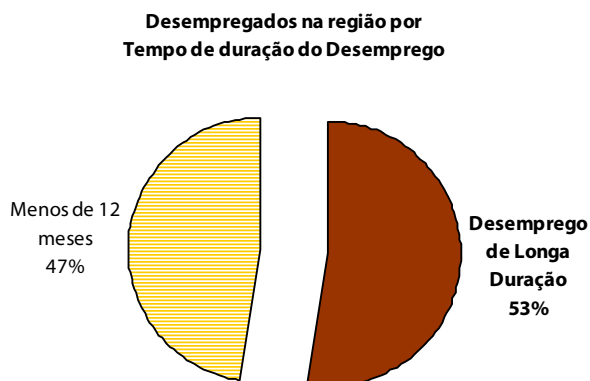
A proporção de desempregados com habilitações de nível secundário e superior aumenta nos desempregados que procuram o primeiro emprego (respetivamente, 19,3% e 26,9%).

Estes números são particularmente denunciadores da desarticulação entre o investimento e aumento da escolaridade na população mais jovem e a forma como o mercado de trabalho desperdiça este investimento pessoal e social, com profundas consequências para a economia do país e da região.

### **O DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO AFETA MAIS DE METADE DOS DESEMPREGADOS DA REGIÃO**

Segundo um estudo recente<sup>11</sup>, Portugal é o país da OCDE com maior percentagem de desempregados de longa duração. O aumento do número de trabalhadores que passam longos períodos sem emprego é responsável pelo desânimo e conseqüente abandono do mercado de trabalho de milhares de trabalhadores, com graves consequências.

Na região de Lisboa, estão desempregados há um ano ou mais anos 52,6% dos desempregados da Região.



Fonte. INE Inq. emprego

<sup>11</sup> OCDE, Persistência da taxa de desemprego. Quais os riscos? Que políticas?

## O tempo de desemprego tende a aumentar com a idade do desempregado

Neste sentido, o desemprego de longa duração afeta particularmente os desempregados com idades mais avançadas, merecendo particular destaque o facto de 68,7% dos desempregados com 44 e mais anos estarem nesta situação há um ano ou mais.

Apesar da tendência para afetar de modo mais severo os trabalhadores mais velhos, merece especial atenção a percentagem muito elevada de desempregados de longa duração entre os 25 e 34 anos (42,1% dos desempregados deste grupo etário)

## UM QUARTO DOS DESEMPREGADOS DA REGIÃO NÃO ESTÃO INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO

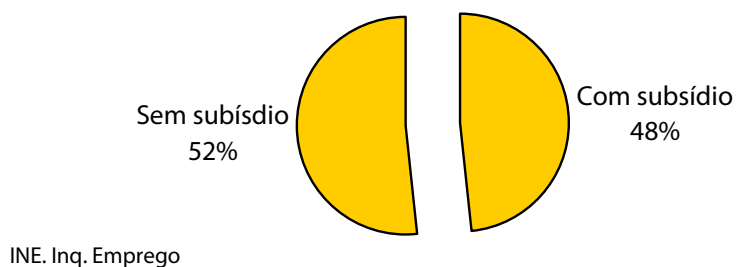
Lisboa é a região do país com maior proporção de desempregados que não se registam nos centros de emprego do IEFP.

Assim, mais de um quarto dos desempregados (25,3%) não estão inscritos nos centros de emprego da Região, proporção que é de 17,3% no país.

## MAIS DE METADE DOS DESEMPREGADOS DA REGIÃO NÃO TEM SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

Ao todo, 51,6% dos desempregados da região não têm direito a qualquer proteção de desemprego (seja ela o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego ou outras prestações no âmbito do desemprego).

**Desempregados na Região de Lisboa sem subsídio de Desemprego**



# ACIDENTES DE TRABALHO

Em Portugal e no distrito de Lisboa os números continuam a revelar uma realidade laboral que constantemente põe em causa a saúde física e psíquica dos trabalhadores e que está na origem de um número muito significativo de acidentes de trabalho, muitos deles com consequências gravíssimas para os trabalhadores, alguns sendo responsáveis por deficiências e doenças insanáveis, outros originando a irreversibilidade da morte.

Vários estudos alertam e os números confirmam o facto de as novas realidades laborais associadas à precarização dos vínculos de trabalho, às mudanças na organização dos processos produtivos e ao aumento do trabalho ilegal ou clandestino serem muitas vezes acompanhadas pelo aparecimento de novos problemas em matéria de segurança e saúde no trabalho.

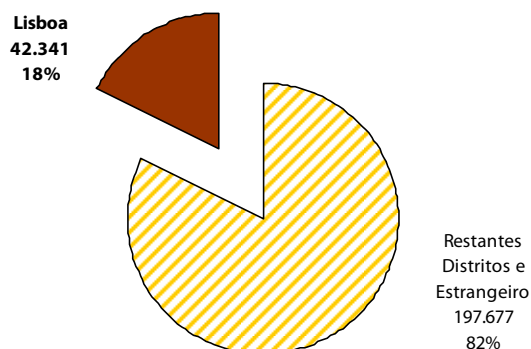
A concorrência desregrada e selvagem a que assistimos no mundo empresarial, com particular visibilidade na subcontratação, faz dos baixos custos laborais um fator determinante para a competitividade e lucro das empresas, o que tem consequências graves na saúde dos trabalhadores e nas condições de segurança em que os trabalhos são prestados.

## LISBOA É O SEGUNDO DISTRITO COM MAIS ACIDENTES DE TRABALHO

Segundo os dados do GEP/MTSS<sup>12</sup>, em apenas um ano registaram-se 42.341 acidentes de trabalho, correspondendo a uma média de 166 acidentes de trabalho por dia.

Em Lisboa ocorreram 17,6% dos acidentes no país, constituindo o segundo maior distrito com acidentes laborais, logo a seguir ao distrito do Porto.

**Peso Percentual dos Acidentes de Trabalho do Distrito no total de Acidentes de Trabalho (no País e Estrangeiro)**



Fonte: GEP, Acidentes de Trabalho 2008

## OS ACIDENTES DE TRABALHO SÃO RESPONSÁVEIS PELA MORTE DE TRABALHADORES

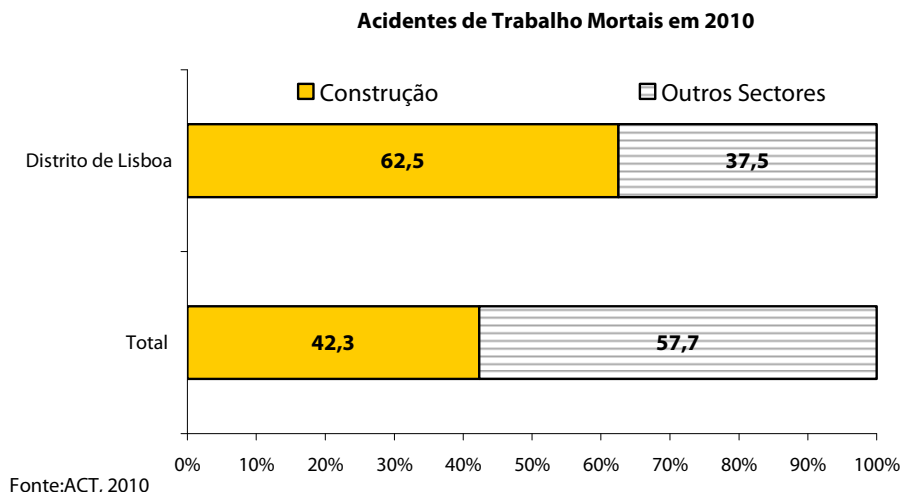
Em média, no distrito, no ano de 2010, todos os meses morreu, pelo menos, um trabalhador por motivo de acidente de trabalho.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> GEP, MTSS, Acidentes de Trabalho - 2008

<sup>13</sup> ACT – Acidentes de trabalho mortais - 2010

Dos 130 trabalhadores que em Portugal morreram vítimas de acidentes de trabalho durante esse ano, 16 trabalhavam no distrito de Lisboa (o segundo distrito com mais mortes por acidentes de trabalho no país).

Destas 16 mortes, 10 ocorreram no setor da Construção Civil.



Para além dos custos humanos, os acidentes de trabalho têm fortes impactos económicos

Se os trabalhadores são as vítimas mais diretas de uma atuação irresponsável por parte de muitas entidades patronais, a verdade é que os acidentes de trabalho têm custos económicos (indenizações, horas de trabalho perdidas, equipamentos danificados) e graves repercussões sobre a produtividade das empresas.

De acordo com os dados dos Balanços Sociais, só em 2003 houve 32.806 acidentes de trabalho com baixa, correspondendo a 834.975 dias de trabalho perdidos.

Em média, cada acidente de trabalho com baixa foi responsável por 25 dias de trabalho perdidos.

Ao custo direto que estes dias perdidos têm para as empresas, juntam-se os custos da segurança social.

No entanto, a aposta na prevenção é de um modo geral fraca ou mesmo inexistente.

Em 2003, os custos com Higiene, Segurança e Medicina no trabalho constituíram apenas 0,7% do total de custos com pessoal.

# 4.POLÍTICA DE RENDIMENTOS

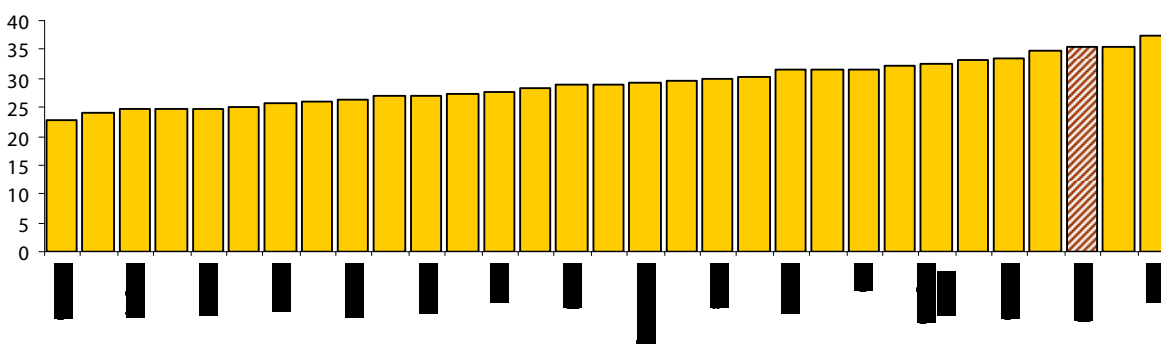
## UMA REGIÃO INSERIDA NUM PAÍS DE ENORMES DESIGUALDADES

Portugal revela uma estrutura muito desigual de repartição da riqueza. Embora não haja dados disponíveis sobre as desigualdades na região de Lisboa, é bastante provável que a região não só reproduza como provavelmente agrave o padrão de desigualdades existentes no país, como o indicam os dados sobre as fortes desigualdades salariais existentes na região e distrito de Lisboa.

Qualquer que seja o indicador utilizado, Portugal surge sempre como um dos países mais desiguais da UE.

Assim, de acordo com os dados disponibilizados pelo Eurostat<sup>14</sup> e tomando como referência um dos indicadores mais utilizados na medição da desigualdade (o índice de Gini), Portugal é o terceiro país com maior nível de desigualdade na UE27, com um índice de 35,4, bastante superior à média da UE27 (30,4).

**Coefficiente de GINI - 2009**



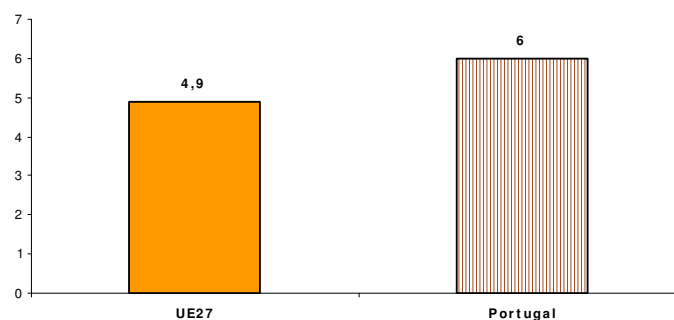
Fonte: Eurostat. UESILC

Também no indicador que põe em relação os rendimentos dos 20% mais ricos com os 20% mais pobres (S20/S80) Portugal se revela o 4º país onde é maior a diferença entre estes dois níveis de rendimento.

Assim, os 20% de portugueses mais ricos auferem rendimentos 6 vezes superiores aos 20% mais pobres, quando na média da UE27, esta diferença é de 4,9 vezes.

A desigualdade de rendimentos é fortemente condicionadora da igualdade de oportunidades e responsável por gritantes injustiças sociais.

**Nº de Vezes em que os rendimentos dos 20% mais ricos são superiores aos rendimentos dos 20% mais pobres**



Fonte: Eurostat. UESILC

<sup>14</sup> Fonte: Eurostat (1995-2005)

# OS BAIXOS SALÁRIOS

A política de baixos salários é incompatível com o desenvolvimento do país e da região numa base de crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

Os baixos salários (e falar de baixos salários no nosso contexto é falar de valores assustadoramente baixos) têm consequências profundas para a vida económica, laboral, social e pessoal do país e da região de Lisboa.

Os baixos salários influem profundamente no nível de vida e dignidade dos trabalhadores e são responsáveis, num contexto agravado pelas baixas qualificações, precariedade e desemprego, por situações graves de sobreendividamento das famílias e mesmo de pobreza e exclusão social.

## O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

O salário mínimo (atualmente denominado Retribuição Mínima Garantida) é de 485€, de acordo com a atualização realizada em janeiro de 2011, um valor bastante baixo e que abrange um número cada vez maior de trabalhadores.

De acordo com os dados do GEP<sup>15</sup>, em outubro de 2010, a percentagem de TCO a tempo completo abrangidos pela Retribuição Mínima Mensal Garantida apresentou o valor de 10,5 %, mais 1,1 ponto percentual que em abril de 2010 (0,7 pontos percentuais mais que em outubro de 2009).

A proporção de Mulheres a auferirem esta remuneração é bastante superior à dos Homens e aumentou para 14,4 % (13,4 % em abril de 2010), registando o valor mais elevado dos últimos anos.

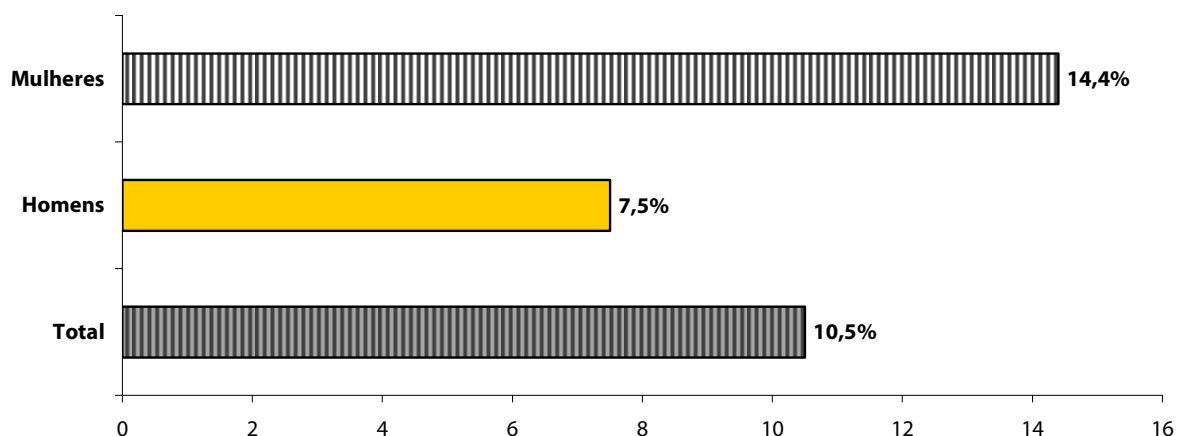
Os Homens seguem também a tendência de aumento, apresentando o valor de 7,5 % em outubro de 2010 (6,4 % em abril de 2010).

---

<sup>15</sup> GEP, Inquérito aos Ganhos e Duração do Trabalho, outubro 2010



### Percentagem de trabalhadores abrangidos pelo Salário Mínimo



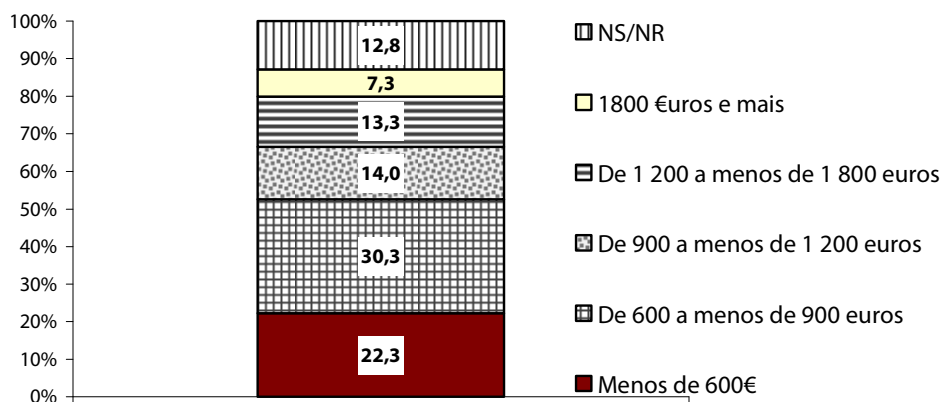
GEP, Inquérito aos Ganhos, OUT 2010

## MAIS DE UM QUINTO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO VIVE COM MENOS DE 600€ POR MÊS

A análise da distribuição dos TCO's da região de Lisboa por escalão de rendimentos<sup>16</sup> revela uma distribuição dos ganhos dos trabalhadores profundamente assimétrica e desigual.

De acordo com os dados relativos ao Inquérito ao emprego, mais de um quinto dos trabalhadores por conta de outrem da região de Lisboa vive com menos de 600€ líquidos mensais (22,3%) e mais de metade dos trabalhadores da região tem rendimentos salariais abaixo dos 900€.

### Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrem por Escalão de Rendimento



INE, Inquérito Emprego

<sup>16</sup> INE, Inquérito ao Emprego - média anual de 2010

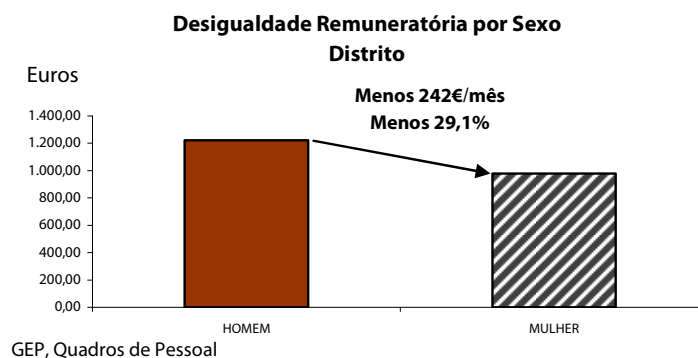
## ENORMES DESIGUALDADES SALARIAIS NO SETOR PRIVADO

O distrito de Lisboa apresenta enormes desigualdades salariais.

Considerando os dados Quadros de Pessoal relativos ao setor privado no distrito de Lisboa<sup>17</sup>, a remuneração média mensal é de 1.114€. No entanto, por trás deste valor médio estão remunerações muito desiguais, sendo vários os fatores que se refletem num aumento ou diminuição desse valor.

### DESIGUALDADES SALARIAIS EM FUNÇÃO DO SEXO

No caso da distribuição dos ganhos por sexo, conclui-se que as mulheres ganham menos que os homens em todos os setores de atividade e em todos os níveis de qualificação profissional, estando aqui em causa uma grave situação de discriminação salarial. No distrito, em média, as mulheres ganham 20% abaixo dos homens, correspondendo a uma média de menos 242€ mensais.

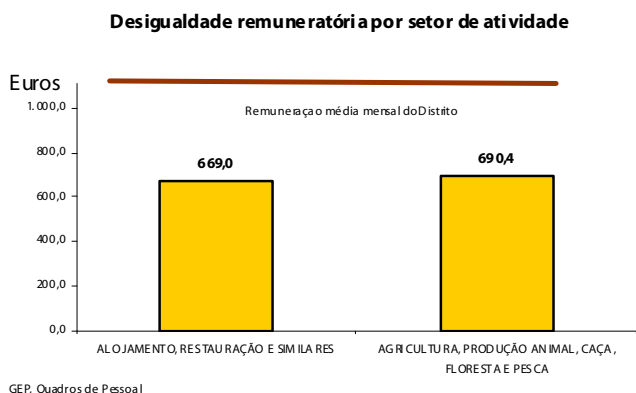


A desigualdade salarial entre sexos é particularmente acentuada entre os quadros superiores. Neste nível de qualificação as mulheres ganham menos 29,1% que os homens.

Em termos sectoriais, a atividade económica onde há maior disparidade de remunerações entre homens e mulheres é a denominada por “atividades artísticas, de espetáculos e desportivas”, onde as mulheres ganham menos 45% que os homens.

As desigualdades salariais entre mulheres e homens aumentam à medida que se avança na idade dos trabalhadores. Assim, entre os 18 e 24 anos os homens ganham mais 6,9% que as mulheres percentagem que se eleva aos 35% junto dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 60 e os 64 anos.

### DESIGUALDADES SALARIAIS EM FUNÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADE DAS EMPRESAS



As disparidades remuneratórias em termos sectoriais no distrito de Lisboa são muito acentuadas. Os setores de atividade onde se ganha menos são o

“Alojamento, restauração e similares” onde a remuneração média é de 669€ e corresponde a 60% da média remuneratória do Distrito, seguido da “Agricultura, produção animal, caça” onde a remuneração média é de 690€ e corresponde a 62% da média remuneratória do distrito.

## DESIGUALDADES SALARIAIS EM FUNÇÃO DA IDADE

Os trabalhadores mais jovens entram no mercado de trabalho a receber bastante menos que os trabalhadores mais velhos.

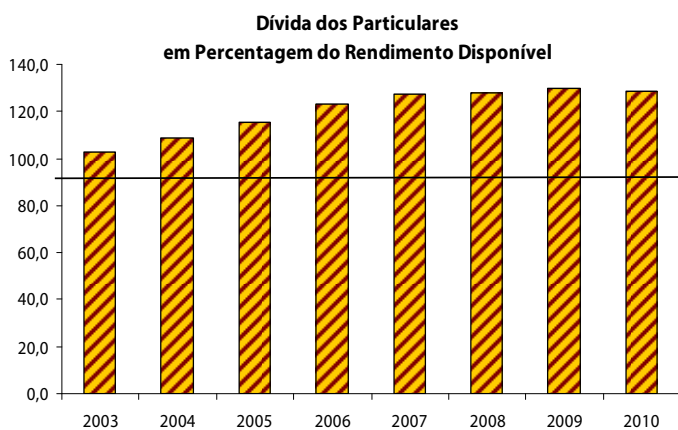
Cada vez menos esta diferença não pode ser compreendida apenas por referência à antiguidade, mas sim integrada numa estratégia global de redução dos salários dos trabalhadores, que tende a afetar crescentemente os trabalhadores que entram ou reentram no mercado de trabalho, independentemente da sua geração.

Tomando como exemplo os trabalhadores por conta de outrem entre os 18 e os 24 anos, estes ganham menos de metade (49,8%) do que ganham os trabalhadores entre os 50 e os 54 anos.

## AUMENTAM AS DIFICULDADES DOS TRABALHADORES E DAS FAMÍLIAS

### O SOBRE-ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

Refletindo as consequências dos baixos salários (que se acentuam gravemente com a política governamental de redução salarial e de perda de poder de compra efetivo) o recurso ao crédito foi o meio utilizado por muitas famílias (e durante muito tempo fortemente incentivado pelas instituições financeiras) para atingirem um padrão de consumo mais satisfatório ao longo do seu ciclo de vida e mesmo para acesso a alguns bens básicos e de primeira necessidade.



Fonte: Banco de Portugal

Neste momento, a dívida dos particulares ultrapassa em 29% o rendimento disponível das famílias, com o conseqüente agravamento da sua asfixia financeira.

A análise da evolução do endividamento dos particulares<sup>18</sup> revela um aumento constante do endividamento das famílias portuguesas, com tendência para o abrandamento e ligeira diminuição no ano de 2010.

O contexto de sobreendividamento que se vive no país merece reflexão e cuidados muito especiais.

<sup>18</sup> Todos os dados usados neste capítulo têm como fonte: Banco de Portugal, Relatório de Atividades

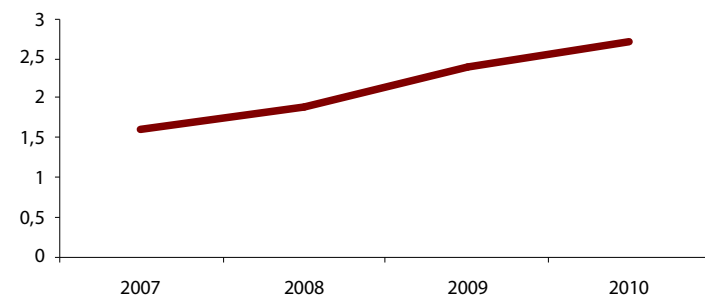
São cada vez mais sérios os riscos de desestruturação financeira das famílias e crescente impossibilidade de cumprimento dos encargos assumidos, sobretudo num contexto de forte subida das taxas de juro, associado a uma crescente instabilidade laboral.

## AUMENTO DO INCRUMPRIMENTO DOS CRÉDITOS

Nos últimos anos, o chamado crédito malparado tem vindo a aumentar progressivamente.

Segundo o Banco de Portugal, o incumprimento no crédito a particulares tem subido anualmente, tendo passado de 1,7% em 2007 para 2,7% em 2010.<sup>19</sup>

**Incumprimento do crédito a particulares em Percentagem do crédito a particulares**



Fonte: Banco de Portugal

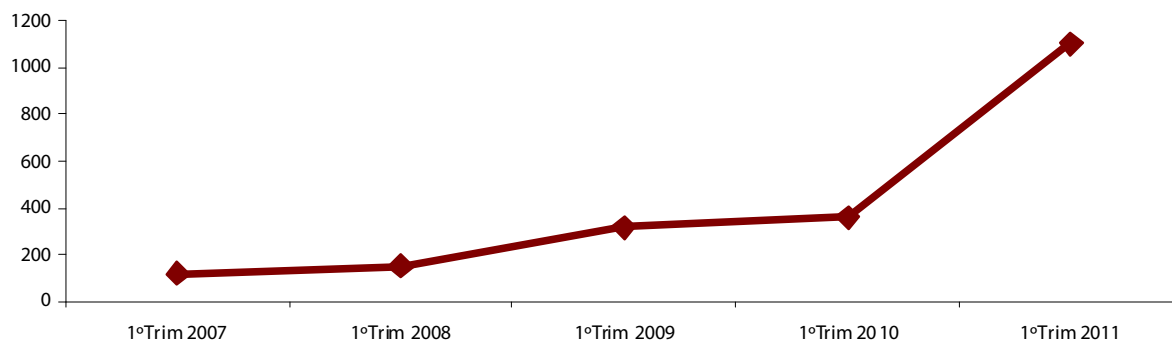
## AUMENTAM AS INSOLVÊNCIAS DAS FAMÍLIAS

Tal como as empresas, são cada vez mais as pessoas que declaram insolvência. Sem forma de pagarem o que devem, esta tem sido para muitas pessoas e famílias a saída possível de situações de grande dificuldades, muitas vezes geradas por situações inesperadas de desemprego.

A evolução dos processos de insolvência dos particulares é verdadeiramente assustadora.

No primeiro Trimestre de 2007, eram 115 os processos de falência e insolvência de particulares entrados nos Tribunais de 1ª instância. No mesmo período de 2011, o nº de processos subiu para 1.098<sup>20</sup>.

**Insolvências dos Particulares decretadas nos Tribunais de 1ª Instância**



Fonte: Ministério da Justiça

<sup>19</sup> Fonte: BdP - Relatório de Estabilidade Financeira, maio 2011

<sup>20</sup> Fonte: Destaque Estatístico Trimestral Set-2011, DGPJ-Direção Geral da Política de Justiça Ministério da Justiça

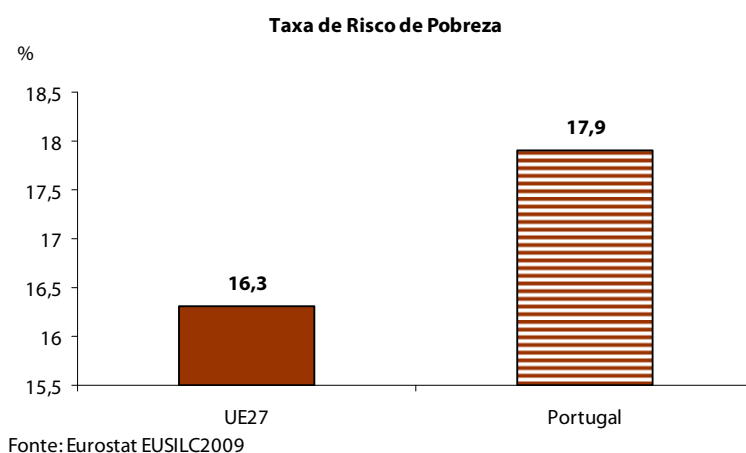
# POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza e a exclusão social colidem com o exercício de direitos fundamentais dos seres humanos.

Os dados estatísticos existentes não revelam todas as dimensões destes flagelos, mas constituem elementos importantes que alertam para o impacto desta realidade no país e na região.

## TAXA DE RISCO DE POBREZA

Portugal tem uma taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) superior à média da UE27.



De acordo com o Eurostat, em Portugal 17,9% da população (1.9 milhões) vive em risco de pobreza (proporção de habitantes com rendimentos abaixo do limiar de 60% do rendimento mediano nacional, ou seja, o equivalente a 434€ por mês), percentagem que é de 16,3% no conjunto dos países da UE27.

Considerando a taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho, o risco de pobreza para a população em situação de desemprego era de 36,4%.

A par do desemprego estar associado a uma muito maior exposição e vulnerabilidade à pobreza, é de realçar o facto de que ter um trabalho, por si só, não protege das situações de pobreza.

## A POBREZA ATINGE CRESCENTEMENTE OS TRABALHADORES E AS SUAS FAMÍLIAS

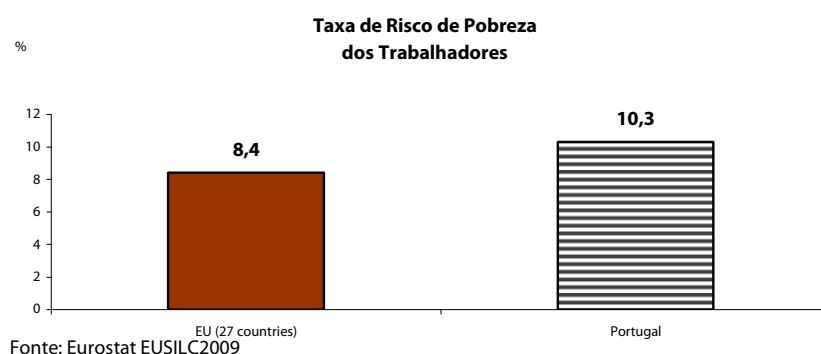
Dois domínios que pareciam separados (trabalho e pobreza), surgem associados, em grande medida devido às dinâmicas de fragilização do emprego e da sua qualidade.

O crescimento do desemprego, assim como o aumento das formas de trabalho atípicas e precárias, associadas a baixas remunerações ou rendimentos cada vez mais intermitentes, têm estado na origem do que podemos denominar por uma “nova pobreza”.

Trata-se de uma pobreza que atinge a população economicamente ativa – os trabalhadores. A palavra “trabalhador pobre” aplica-se precisamente a um número crescente da população que tem um trabalho mal remunerado ou inseguro e que por isso vive no risco de ser, tornar-se ou permanecer pobre.

Esta é uma realidade que atinge de forma generalizada o mundo atual, a União Europeia e dentro desta o nosso país - com particular gravidade.

Portugal, com um risco de pobreza junto dos trabalhadores de 10,3%<sup>21</sup>, faz parte do grupo de 8 países da UE27 onde este risco é maior, todos eles com taxas superiores a 10% e superiores à média da UE27 (8,4%).

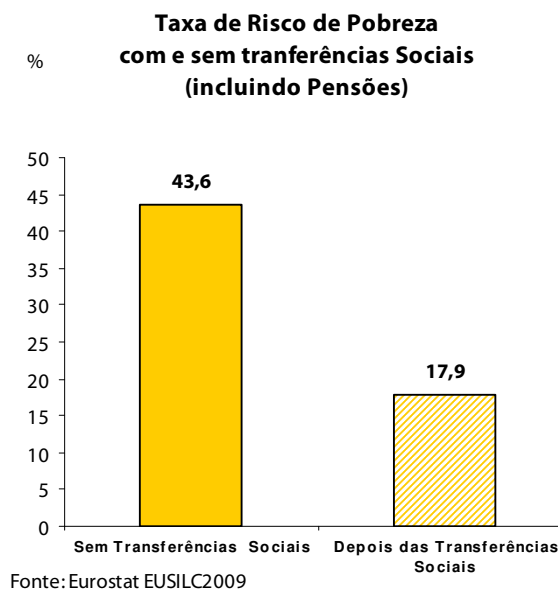


## A IMPORTÂNCIA DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS NA REDUÇÃO DO RISCO DE POBREZA

Se não houvessem transferências sociais (pensões e outras), a taxa de risco de pobreza em Portugal mais do que duplicaria (atingindo os 43,6%).

A existência de pensões é responsável pela diminuição em 17% do risco de pobreza em Portugal, a outras prestações sociais (entre as quais se integram as prestações relativas ao Rendimento Social de Inserção) são responsáveis por diminuir em 8,5% o risco de pobreza em Portugal.

Estes números são bastante elucidativos e mostram bem as consequências altamente nefastas das tentativas de desvirtuamento e redução dos apoios sociais.



<sup>21</sup> UE-SILC2009

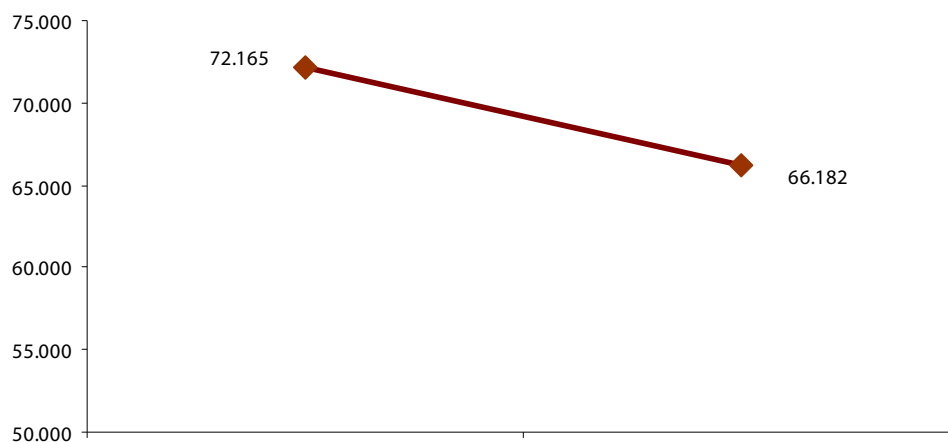
## O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma prestação inserida no subsistema de solidariedade, de carácter pecuniário e transitório, que tem constituído uma resposta importante às formas mais severas de pobreza em Portugal.

No distrito de Lisboa, em setembro de 2011, eram beneficiários do RSI 66.182 pessoas e recebiam uma prestação média de 92,3€. <sup>22</sup>

Num quadro de agravamento das condições de vida e de trabalho seria de esperar um aumento de beneficiários do RSI, no entanto comparando com o mesmo mês do ano anterior o número de beneficiários do RSI diminuiu (menos 5.983 beneficiários), o que tem consequências altamente nefastas no nível de cobertura da proteção social aos mais desfavorecidos.

**Evolução do número de beneficiários de RSI no Distrito de Lisboa Setembro 2011/Setembro 2010**



Fonte: Instituto Informática, Segurança Social

---

<sup>22</sup> Instituto de Informática IP, Estatísticas da Segurança Social 2010 e 2011

# 5.POLÍTICAS SOCIAIS

## PROTEÇÃO SOCIAL

A constituição da República Portuguesa estabeleceu de forma clara a incumbência do Estado em «organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado».

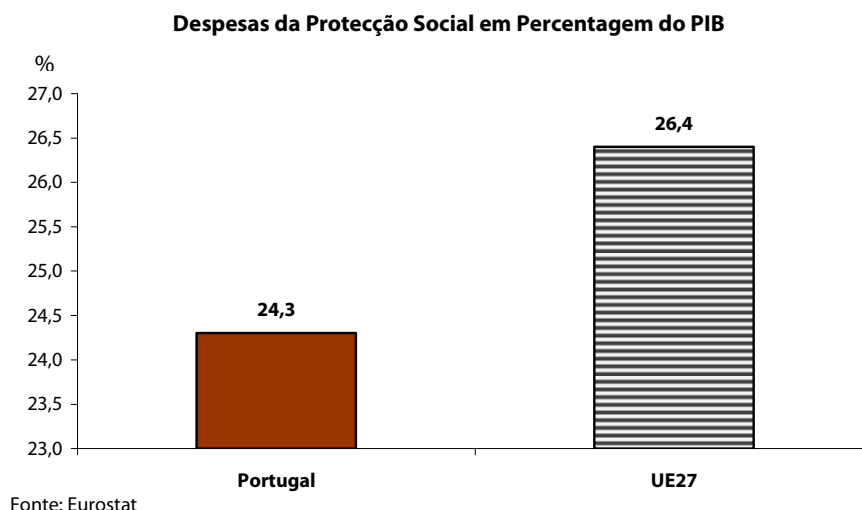
O sistema de Segurança social público e universal constitui uma das maiores conquistas sociais pós-25 de Abril.

Numa época marcada pela instabilidade social e por profundas modificações na forma de vida das populações, a Segurança Social constitui um instrumento insubstituível de justiça social e de solidariedade, desempenhando um papel decisivo no processo de integração e participação na vida da sociedade, designadamente nas situações de doença, invalidez, velhice, desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

No entanto, assistimos a uma ataque forte ao sistema de Segurança social, marcado por uma visão de cariz economicista e neoliberal, que vê na proteção social uma despesa, por oposição aos que vêm esta como um pilar fundamental da coesão social e da igualdade, promovendo a necessidade de defender, reforçar e aperfeiçoar o direito à Segurança Social e o sistema público que o efetiva e garante.

### DESPESAS DA PROTEÇÃO SOCIAL EM PERCENTAGEM DO PIB

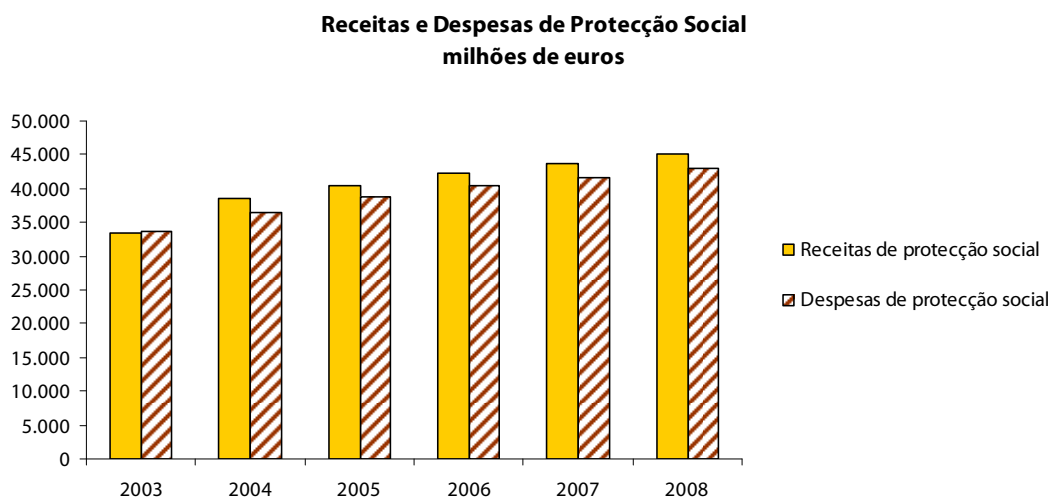
De acordo com a Eurostat, as despesas de proteção social realizadas em Portugal no ano de 2008 representaram 24,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Estes valores ficam abaixo da média da UE27 (26,4%) em 2 pontos percentuais e bastante abaixo dos países que apresentam uma maior despesa neste domínio (nomeadamente a França, a Dinamarca e Suécia).



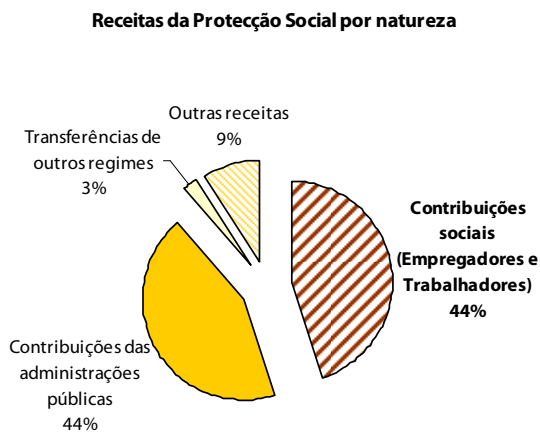


## RECEITAS E DESPESAS DA SEGURANÇA SOCIAL

Um mecanismo de solidariedade como é o da Segurança social tem níveis muito elevados de beneficiários, de despesa, mas também de receita.



A maior fonte de receita deste sistema, gerido pelo estado, continua a ser as contribuições sociais (das entidades empregadoras e dos trabalhadores), que constituem 44% do financiamento do sistema. Logo seguida pelas receitas provenientes do Orçamento de Estado.



Fonte: INE - SEEPROS

**As despesas em prestações sociais constituem 92,6% <sup>23</sup> do total da despesa em protecção social.**

Mais de metade da despesa em prestações sociais vai para as pensões de velhice e sobrevivência (51,5%). Esta parcela tem aumentado ao longo dos tempos, um aumento para o qual concorrem vários fatores,. Por um lado por o próprio sistema vai amadurecendo (e um número cada vez maior daqueles que começaram a descontar para o sistema têm agora direito à sua reforma), por outro o aumento da longevidade tem permitido que mais pessoas atinjam idades mais avançadas e aí permaneçam durante mais anos.

<sup>23</sup> Esre sub-capítulo INE, Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (2008)

## ESTRUTURA DAS PRESTAÇÕES EM PROTEÇÃO SOCIAL POR GRUPO DE FUNÇÕES

As prestações substitutivas em caso de Doença constituem a segunda maior fatia das prestações sociais (37,2%, em 2008); seguido das prestações familiares (abonos de famílias, subsídio de ducação especial, subsídio de assistência a 3º pessoa, entre outras) com 5,5% das despesas; das prestações de desemprego (4,5%) e, por último, a exclusão social (1,2%) e a habitação.

## O ATAQUE ÀS PRESTAÇÕES SOCIAIS

A pretexto da crise, num momento em se exige um grande reforço da proteção social, os governos têm procurando “poupar” numa área onde a “poupança” é desumana e tem graves consequências, implementando, por um lado, esquemas para reduzir o número de beneficiários das prestações sociais ou, por outro, para reduzir substancialmente o seu montante.

O número de pessoas no distrito de Lisboa a receber prestações sociais que não as pensões é significativo e mostra bem a importância que estas têm para a vida das pessoas. No entanto, constata-se que ao aumento das situações de fragilidade dos trabalhadores e das pessoas em geral, correspondem cortes assinaláveis no número de beneficiários em todas estas prestações.

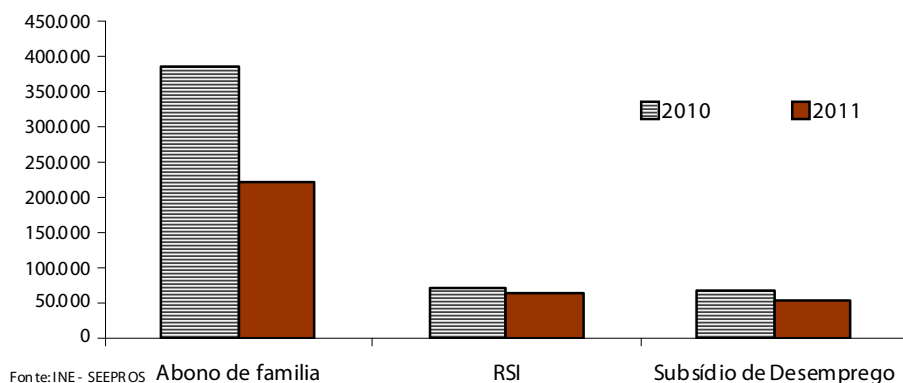
Assim, em julho de 2011:

63.224 pessoas no distrito auferiam o RSI (menos 9,3% que em julho de 2010)

223.128 pessoas tinham processamentos de abono de família (menos 42,3% que em julho de 2010)

54.385 recebia subsídio de desemprego (menos 18,8% que em julho de 2010)

**Evolução do números de beneficiários em Lisboa  
Julho 2011/2010**



## POPULAÇÃO REFORMADA

No distrito de Lisboa, há 567.414 pensionistas, na sua maioria (68,1%), pensionistas por velhice.

O valor médio das pensões na Grande Lisboa é muito baixo: 423,6€ mensais.

No entanto, apesar deste valor ser por si muito baixo, são vários os concelhos do distrito onde a pensão média chega mesmo a ser inferior a 423€ mensais, como se pode ver pelo quadro abaixo.

Pensão Média nos concelhos do Distrito de Lisboa

	Pensão Média Mensal
	Euros
<b>Grande Lisboa</b>	<b>423,6</b>
Alenquer	302,5
Amadora	406,8
Arruda dos Vinhos	313,1
Azambuja	313,4
Cadaval	275,6
Cascais	463,3
Lisboa	421,6
Loures	408,7
Lourinhã	280,6
Mafra	335,1
Odivelas	432,0
Oeiras	508,2
Sintra	406,4
Sobral de Monte Agraço	303,9
Torres Vedras	308,4
Vila Franca de Xira	408,6

# SAÚDE

Ter acesso a um serviço de saúde eficaz e eficiente, que promova a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida é um direito que a Constituição da República consagra, definindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS) como o instrumento fundamental para a sua concretização.

O Serviço Nacional de Saúde foi criado na perspetiva de ser um serviço de acesso universal, geral e gratuito, como garantia a todos os portugueses do direito aos cuidados na doença e à promoção da saúde e é responsável por inegáveis e importantes progressos registados ao nível da saúde da população.

Ao longo dos anos, têm sido vários os ataques a este direito, com consequências importantes nos custos e na prestação da saúde no país e na região de Lisboa.

## DESPESA PÚBLICA DE SAÚDE

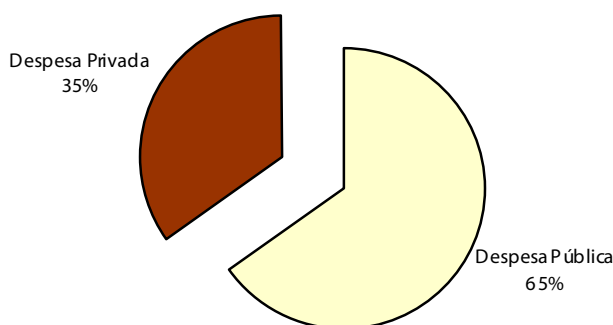
Um bom indicador para avaliar o investimento estatal na saúde prende-se com a percentagem da despesa pública no total das despesas de saúde.

Portugal é dos países da OCDE onde a fatia pública no total das despesas de saúde é menor (65,1%).<sup>24</sup>

Como consequência, Portugal é também o terceiro país da OCDE onde a percentagem da despesa privada no total de

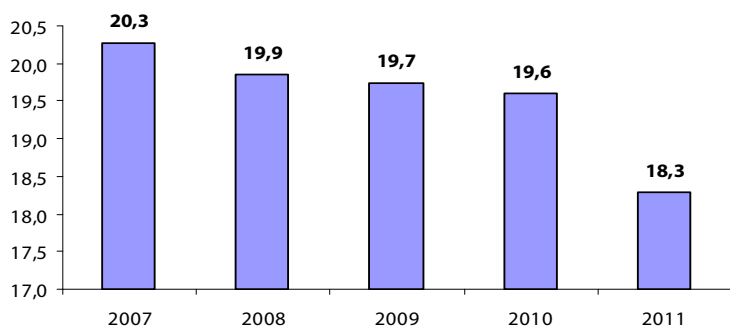
gastos com a saúde é maior. Deste modo, 34,9% das despesas em saúde correspondem a despesa privada (maioritariamente das famílias).

Percentagem da despesa pública e privada nos gastos com saúde em Portugal



Fonte: OCDE

Percentagem da Saúde na Despesa Total do Estado



Fonte: Relatórios do OE

## REDUÇÃO DAS DESPESAS DO ESTADO COM A FUNÇÃO "SAÚDE"

Desde 2005, a percentagem que as despesas de saúde representam em relação às despesas totais do Estado tem diminuído. Assim, se nesse ano 21,4% do Orçamento de Estado era destinado à Saúde, em 2011 esta percentagem descia para

<sup>24</sup> OECD Health Data 2011

18,3%. Mais ainda, em 2011, esta descida foi acompanhada com um corte efetivo de despesa pública com a saúde, descendo de 9.801,2 milhões de Euros em 2010 para 9.035 milhões de Euros em 2011. Prevê-se que este corte seja ainda mais acentuado em 2012.

## **AUMENTO DA DESPESA DAS FAMÍLIAS**

As famílias gastam hoje 6.1% do seu orçamento em despesas de saúde<sup>25</sup>.

A despesa corrente das famílias em saúde em 10 anos (2000-2009) aumentou 59,4%, passando de 2.945 milhões de Euros para 4.698 milhões de Euros.

São vários os elementos que contribuem para este aumento. Destes, destacamos aqui o aumento das taxas moderadoras e dos gastos com medicamentos.

## **AUMENTO DAS TAXAS MODERADORAS**

As taxas moderadoras não só têm aumentado ao longo dos anos, como têm vindo a ser aplicadas a um número cada vez maior de atos médicos, subvertendo o espírito de um SNS universal e gratuito.

	2007	2011	Variação %
Consulta Hospitais centrais	4,3	4,6	7,0
Consulta Hospitais distritais	2,85	3,1	8,8
Consulta Centros de saúde	2,1	2,25	7,1
Urgência polivalente	8,75	9,6	9,7
Urgência básica e urgência médico-cirúrgica	7,75	8,6	11,0
Urgência Centros de saúde	3,4	3,8	11,8

## **ELEVADOS ENCARGOS COM MEDICAMENTOS**

Os encargos com medicamentos são o segundo maior responsável pela despesa familiar em saúde. Assim, 33,3% das despesas correntes de saúde das famílias são destinadas a “produtos farmacêuticos e outros artigos médicos”.

O Infarmed estima que anualmente as famílias gastam 723,5 milhões de Euros em medicamentos, valor que era de 482,2 milhões em 2000.

---

<sup>25</sup> Eurostat

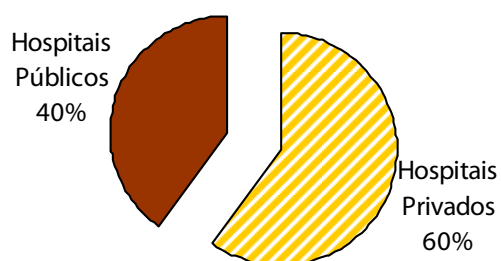
## PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

Saúde e lucro são duas palavras que não jogam uma com a outra, mas esse não é o entendimento de muitos grupos financeiros para quem a saúde constitui uma oportunidade de negócio que não querem desperdiçar (bem pelo contrário).

Assim, no país e no distrito a privatização dos serviços e cuidados de saúde tem avançado, em muitos casos à custa do próprio Serviço Nacional de Saúde.

Neste momento, na grande Lisboa, 60% dos hospitais são Privados.

**Percentagem de Hospitais Públicos e Privados no Distrito de Lisboa**



Fonte: INE, Anuário Lisboa

Simultaneamente, avança a privatização crescente dos próprios serviços públicos de saúde, agravando a situação financeira do SNS e trazendo consequências para a qualidade e equidade dos serviços prestados.

Nos últimos anos um dos marcos desta privatização é a retirada dos hospitais públicos do setor público administrativo (SPA) e a sua passagem a hospitais EPE (de gestão empresarial) ou PPP (Parceria Público-Privada).

Esta opção tem estado longe de dar bons resultados, e os resultados da gestão privada têm estado associados a uma enorme dívida acumulada. DÍVIDA

Os hospitais do distrito de Lisboa estão divididos da seguinte forma em termos de gestão hospitalar:

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental	EPE
Centro Hospitalar do Norte	EPE
Grupo Hospitalar Lisboa do Centro	Várias
Hospital Fernando da Fonseca	EPE
Centro Hospitalar Torres Vedras	SPA
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	SPA
Hospital Cascais	PPP
Hospital Reynaldo dos Santos	PPP

Fonte: SEP

## **GRANDE CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS NA CIDADE DE LISBOA**

No seu conjunto, a Grande Lisboa apresenta melhores resultados em termos de recursos de saúde que o conjunto do país, no entanto, por trás deste valor global estão grandes disparidades e uma enorme concentração de recursos na cidade de Lisboa.<sup>26</sup>

Assim, a cidade de Lisboa tem uma média de 19,8 enfermeiros por habitante, valor que no país é de 5,5. Contrastando com o município da capital, todos os outros concelhos têm um valor médio de enfermeiros por mil habitantes inferior à média nacional.

Na cidade de Lisboa há 16,3 médicos por mil habitantes, proporção que nos restantes concelhos da Grande Lisboa é bastante inferior.

É também na cidade de Lisboa que se concentra a grande maioria dos hospitais existentes na Grande Lisboa (69,4%) de camas (69,6%), de salas de operação (84,1%), de pessoal ao serviço - médicos, enfermeiros e outros (73,8%).

---

<sup>26</sup> INE, Anuário Estatístico de Lisboa

# EDUCAÇÃO

A Educação é um dos bens sociais mais importantes para o desenvolvimento económico, social e individual do país e da região. Reconhecido e garantido constitucionalmente, todos deverão ter acesso gratuito e oportunidades iguais de sucesso a nível educativo.

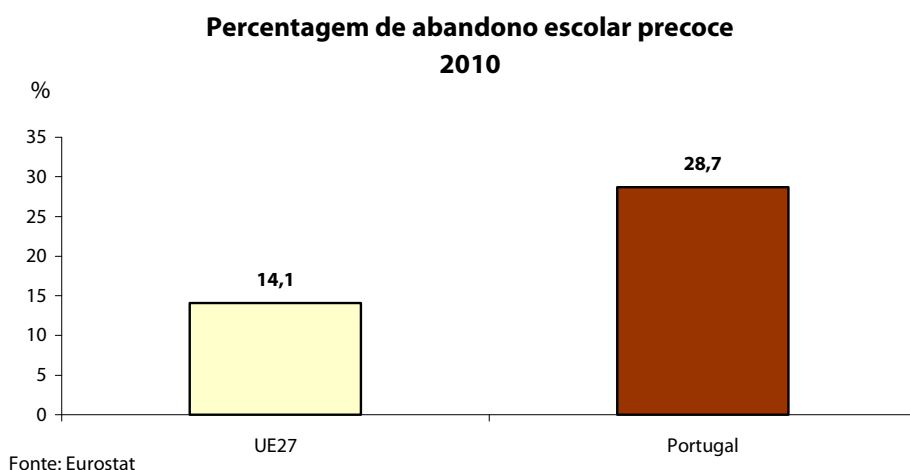
Com o 25 de Abril e a democracia, verificou-se uma importante generalização da escolaridade, começando pelos níveis de instrução mais baixos e subindo, lenta e sucessivamente (de forma ainda muito desigual e insuficiente) até ao ensino superior.

A criação da escola pública foi fundamental para a melhoria dos níveis de escolaridade e formação, mas muito há ainda a fazer em termos educativos, e o país e a sua região capital estão ainda longe de corresponder às necessidades de educação e formação, fundamentais para que o país e a região cresçam e se desenvolvam económica e socialmente e alterem o seu perfil de especialização para atividades de maior valor acrescentado, com mais e melhores empregos.

## PORTUGAL É DOS PAÍSES COM PIORES RESULTADOS EM TERMOS EDUCATIVOS

Quando comparado com outros países da OCDE ou da UE, o país surge sempre no grupo dos “piores alunos” em matéria educativa:

O indicador bastante importante e revelador do atraso educativo português prende-se com o facto de Portugal ser o terceiro país da UE27 com maior percentagem de abandono escolar (atrás de si tem apenas Malta e Turquia).



Assim, no nosso país, 28,7% dos alunos que têm entre 18 e 24 anos abandonam a escola tendo concluído no máximo o 3º ciclo do ensino básico e que não se encontram em educação ou formação, percentagem esta que é de 14,1% na UE27.<sup>27</sup>

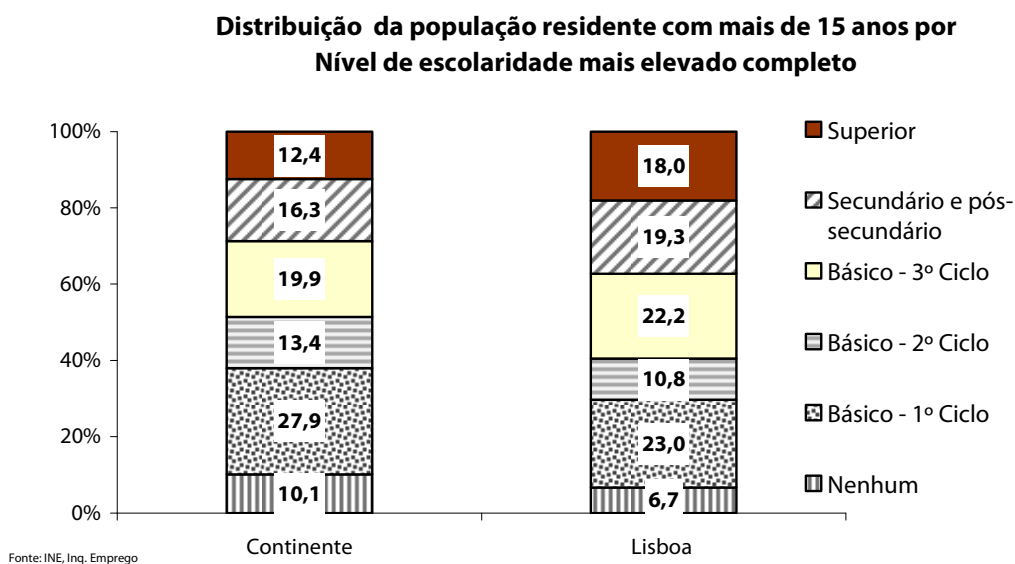
---

<sup>27</sup> Eurostat, 2010



## NÍVEL DE HABILITAÇÕES NA REGIÃO DE LISBOA

Apesar de estar longe dos resultados necessários, a região de Lisboa apresenta resultados educativos superiores aos verificados no todo nacional.<sup>28</sup>



Considerando os níveis mais elevados, ressalta-se o facto de 18% da população residente com 15 e mais anos ter uma escolaridade de nível superior, percentagem que é de 12,4% no total nacional.

Também nos níveis de escolaridade mais baixos se revelam melhores resultados por comparação com o todo nacional. Mesmo assim:

A percentagem dos que não completaram qualquer nível de ensino é de 6,7%;

São 62,7% os residentes que não têm mais que o 3º Ciclo do Ensino Básico.

Coexistem neste momento na nossa sociedade e na nossa economia gerações e escalões etários muito diferenciados quanto aos níveis de escolaridade e formação.

Junto da população com mais de 65 anos na região de Lisboa, ainda há 21,2% que não completaram qualquer grau de ensino, proporção que é de 0,6% junto da população mais jovem (até 25 anos) do distrito.

Simultaneamente, a percentagem de licenciados é maior nos grupos etários mais novos (com particular destaque para o grupo etário dos 25 aos 34 anos onde a percentagem de população com ensino superior atinge os 33%) que nos grupos de idade mais avançada (16,2% entre os que têm 45 e 64 anos e 8,6% entre aquele que têm 65 e mais anos).

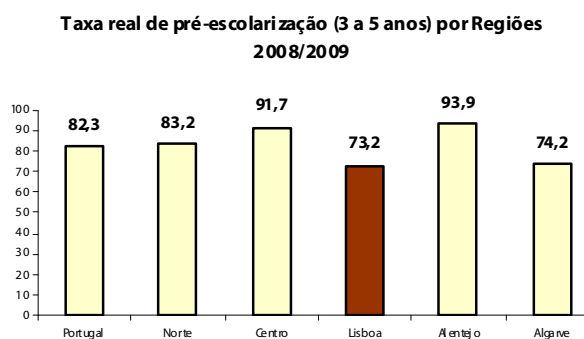
<sup>28</sup> INE, Inquérito ao Emprego, 4º Trim. 2010

Destaca-se uma percentagem elevada das mulheres nos níveis de ensino mais elevados (elas são 56,6% da população do distrito com habilitações de nível superior) e a tendência para que estas tenham níveis de habilitação superiores aos dos homens, que se acentua nas gerações mais novas da população da região. Assim, junto da população feminina com menos de 35 anos, 27% têm habilitações de nível superior (percentagem que é de 19,5% nos homens deste grupo etário).

## LISBOA TEM A TAXA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO MAIS BAIXA DO PAÍS

A região de Lisboa apresenta a taxa mais baixa de pré-escolarização dos 3 aos 5 anos (73,2%).<sup>29</sup>

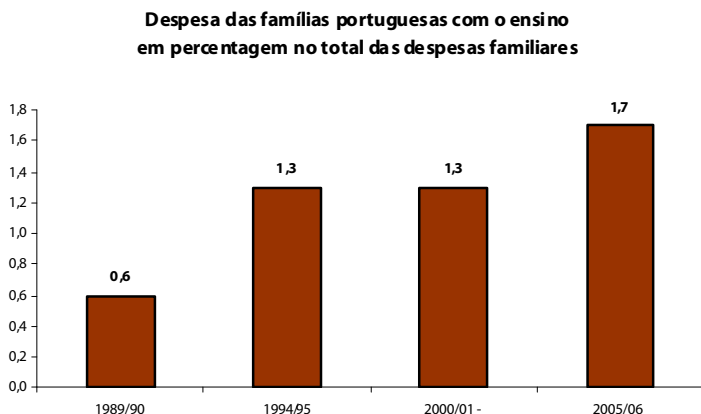
Simultaneamente, as respostas sociais para a primeira infância são muito baixas. De acordo com a carta Social<sup>30</sup>, as respostas sociais para a primeira infância cobriam apenas 32,6% da população alvo em 2006.



Fonte: GEPE - Min. Educação

## DESINVESTIMENTO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO E MAIORES ENCARGOS POR PARTE DAS FAMÍLIAS

Apesar do baixo nível de escolaridade da educação e do elevado abandono escolar constituírem um dos problemas mais graves do país e um forte entrave ao seu desenvolvimento, a aposta governamental, de cariz claramente neo-liberal, é o corte nas despesas públicas da educação.



Fonte: INE, Inq. Orçamentos

Analisando as despesas das famílias portuguesas em Educação, constata-se o inverso do imperativo constitucional "tendencialmente gratuito". Assim, as despesas educativas passaram de 0,6% em 1989/90 para 1,7% em 2005/06.<sup>31</sup>

No que concerne ao ensino superior (determinante para o desenvolvimento do país e da região), 28,3% das despesas deste nível de ensino são suportadas pelas famílias.

<sup>29</sup> Fonte: GEPE-Ministério educação - Educação em números Portugal 2010

<sup>30</sup> GEP, Carta Social (2009)

<sup>31</sup> INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

# AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

À semelhança da maioria das cidades, as cidades da região e distrito de Lisboa confrontam-se com um conjunto de problemas e de desafios ambientais aos quais urge dar resposta para o bem da saúde e da qualidade de vida dos que aqui vivem e trabalham e para próprio desempenho económico da região.

Destes destacamos: a qualidade do ar e a poluição atmosférica, as emissões de gases com efeito de estufa, os níveis de ruído, a produção e tratamento de resíduos, os esgotos e efluentes industriais e as suas consequências na poluição de rios e zonas costeiras, a proteção, gestão e valorização dos espaços verdes existentes.

É amplamente reconhecida e denunciada a responsabilidade do tráfego automóvel para o mau ambiente da cidade e região de Lisboa, que altera não só a qualidade do ar como é uma das principais fontes de ruído. No entanto, tardam as políticas de promoção e dignificação do transporte público e de outras formas de mobilidade mais sustentáveis e amigas do ambiente.

## QUALIDADE DO AR

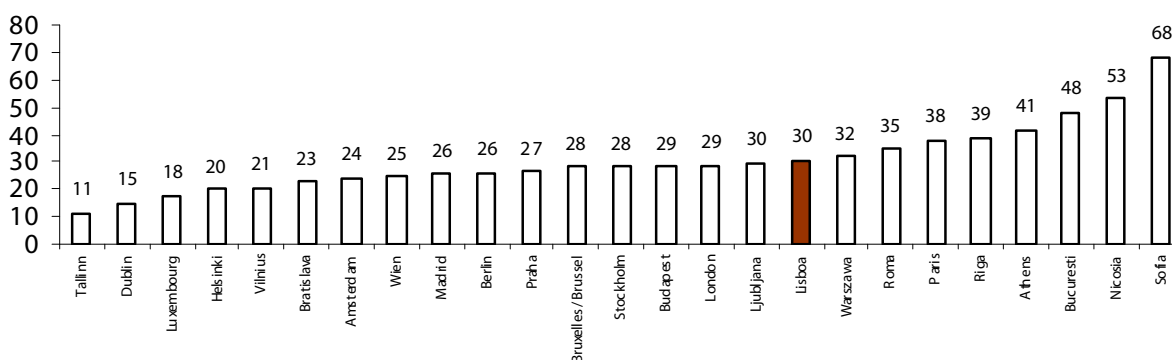
A poluição atmosférica constitui-se como um dos principais fatores de degradação da qualidade de vida das populações, com inegáveis custos em termos de saúde.

O aumento dos nível de poluentes atmosféricos está intimamente ligado ao intenso e crescente tráfego automóvel.

A Organização Mundial de Saúde lançou uma pesquisa sobre a qualidade do ar que mostra um perigoso aumento dos níveis de poluição do ar.

Um elemento responsável na poluição do ar são as partículas PM10, partículas que medem 10 micrómetros ou menos, que podem penetrar nos pulmões e entrar na corrente sanguínea, causando doenças cardíacas, cancro de pulmão, asma e infeções respiratórias inferiores.

**Qualidade do Ar -  
Média anual de partículas nocivas (PM10)  
por cidade capital da UE**



As orientações sobre qualidade do ar da OMS determinam que a média anual máxima de partículas PM10 deve ser de 20 microgramas por metro cúbico.

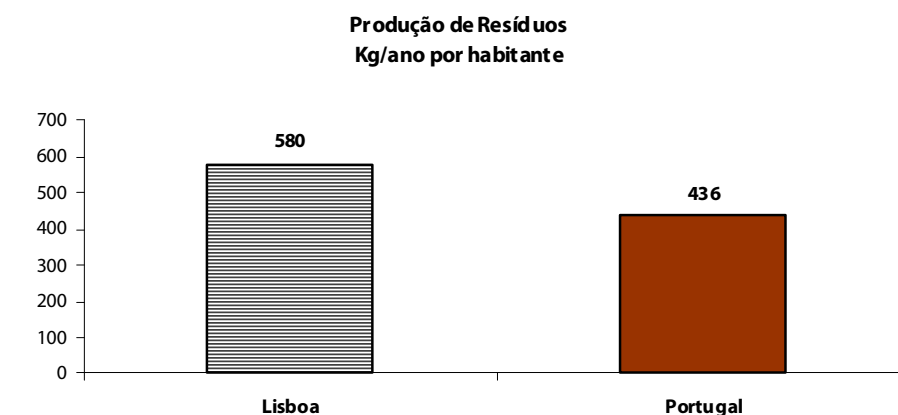
No entanto, os dados relativos à cidade de Lisboa alertam para o facto de que esta ultrapassa bastante a média máxima aconselhada, apresentando uma média anual de 30 microgramas por metro cúbico.

Lisboa é a 9ª capital da UE com piores resultados em termos de qualidade do ar.

## PRODUÇÃO CRESCENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A produção crescente de resíduos, associada em grande medida à sociedade de consumo em que vivemos, bem como a sua composição, muitas vezes nociva para o ambiente em geral e para as pessoas em particular, constitui um dos grande problemas e desafios que enfrentamos em termos ambientais.

Na região de Lisboa, apenas no ano de 2009, foram produzidas 1.642.825 toneladas de Resíduos sólidos (70,7% das quais na Região de Lisboa).<sup>32</sup>



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Tal significa que, em média, cada residente na região produz cerca de 580 kg de lixo por ano, um número considerável e que está acima da média nacional (436 Kg-ano/habitante).

Tanto no país, como na região, a grande maioria destes resíduos é recolhida de forma indiferenciada (88,1% na região) e 11,9% de forma seletiva.

## EMPRESAS COM INVESTIMENTO EM MEDIDAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

O investimento das empresas em matéria de ambiente está ainda muito aquém do que seria desejável.

De acordo com o INE33, na região de Lisboa situa-se 64,8% do investimento nacional das empresas em medidas de proteção ambiental.

Apesar do tecido empresarial da região assentar nas pequenas e médias empresas, são as empresas com 1000 e mais trabalhadoras as que mais investem em ambiente (74,8% do total de investimento ambiental das empresas da região).

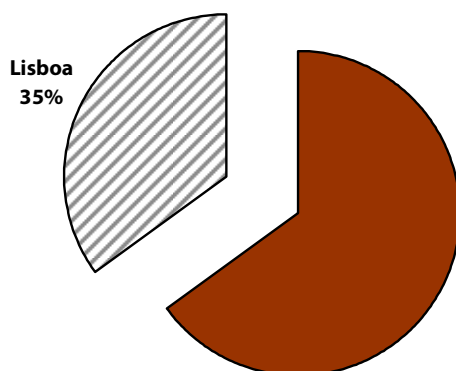
<sup>32</sup> INE; Estatísticas do ambiente - 2009

<sup>33</sup> INE; Estatísticas do ambiente - 2009

## DESPESAS DOS MUNICÍPIOS POR DOMÍNIO DO AMBIENTE

Os municípios da região de Lisboa são responsáveis por 35% das despesas municipais em matéria de ambiente no país.

**Percentagem das despesas dos municípios da região de Lisboa no total das despesas municipais do país**



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

O grosso das despesas ambientais municipais destina-se aos domínios da Gestão de resíduos (74,8%) e da Biodiversidade e paisagem (20,5%), os restantes domínios apenas são responsáveis por 4,7% do total das despesas.

# ENERGIA

A produção e consumo de energia de forma segura e sustentável, questões como o acesso à energia, o seu preço, a segurança do aprovisionamento energético cada vez mais dizem respeito a todos, de forma individual e coletiva.

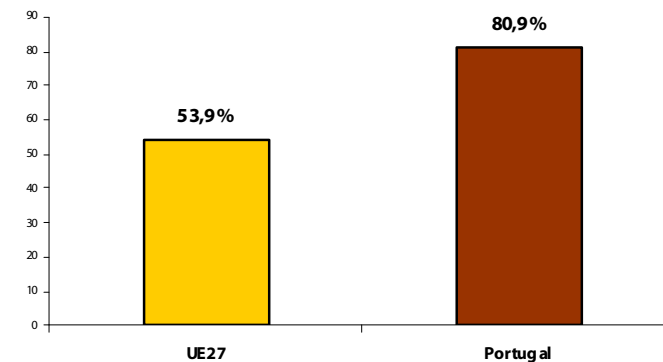
## ELEVADA DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA

Portugal é um país com escassos recursos energéticos de origem fóssil (como o carvão mineral, o petróleo e seus derivados e o gás natural).

Assim, o nosso país tem uma das mais elevadas taxas de dependência energética da União Europeia: 80,9%, em 2009, segundo os dados do Eurostat, quando no total da UE27 a taxa de dependência energética é de 53,9%.

A forte dependência energética é uma das causas do défice do país e exige medidas para a sua resolução.

Taxa de Dependência Energética 2009

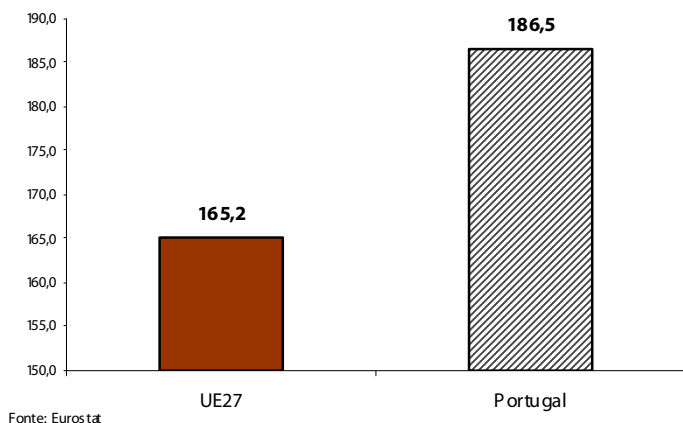


Fonte: Eurostat

## ELEVADA INEFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Este é um dos grandes problemas que o país e a região de Lisboa enfrentam atualmente. A este acresce o facto do país se deparar com uma elevada ineficiência na utilização da energia.

Intensidade Energética da Economia 2009  
Consumo bruto de energia dividido pelo Produto Interno Bruto



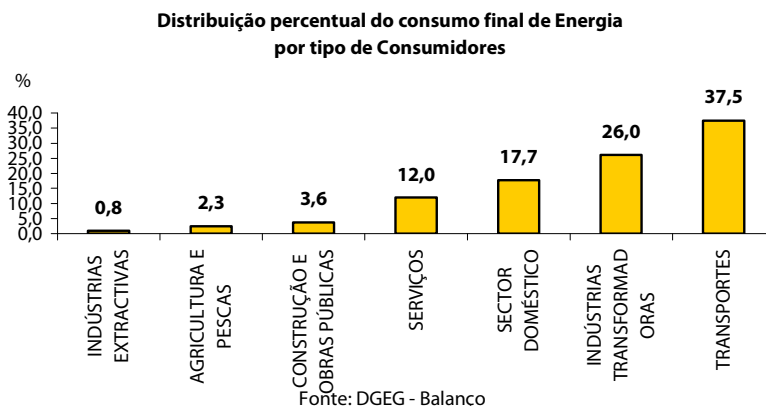
Fonte: Eurostat

Um bom indicador no que concerne a esta ineficiência, é o da intensidade energética (calculada pelo valor global da energia consumida no país a dividir pelo seu produto interno bruto). O nosso país precisa de 186,5kg de combustível para produzir 1000 € de riqueza, um valor que ultrapassa 12,9% o valor médio da UE27. Quer isto dizer que, para se produzir 1000 Euros de riqueza (PIB) o país consome mais 13% de energia do que a média da UE27.<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Eurostat, 2009

## REPARTIÇÃO CONSUMO DE ENERGIA FINAL POR TIPO DE CONSUMIDOR

De acordo com o Balanço Energético<sup>35</sup>, o maior consumidor de Energia no país é o setor dos transportes, responsável por 37,5% do consumo energético nacional. Segue-se a indústria (26%), o Setor Doméstico (17,7%), Os serviços (12%) e a Agricultura e Pescas (2,3%).



Dentro do setor dos transportes, 91% da energia consumida é da responsabilidade do setor rodoviário.

No seu estudo<sup>36</sup>, Eugénio Rosa chama atenção para o peso que o transportes (principal importador de energia), e nomeadamente a política nacional de continuar a promover o transporte rodoviário (modo de transporte mais caro e mais poluente) em detrimento doutros (ferroviário, fluvial e marítimo), têm no agravar da ineficiência e dependência energética do país, situação que é urgente combater.

### CONSUMO DE ENERGIA DAS FAMÍLIAS

O setor Doméstico é o terceiro maior consumidor de energia do país (17,7% do consumo final).<sup>37</sup>

De acordo com os resultados do Inquérito ao Consumo de Energia do Setor Doméstico<sup>38</sup>, cada família portuguesa gasta, em média, 1.843€ por ano com energia.

Ainda seguindo os dados relativos a este inquérito, verifica-se uma alteração dos hábitos de consumo das famílias portuguesas nos últimos anos.

Assim, em 2010, mais de metade do consumo das famílias em energia (50,5%) destinou-se ao transporte individual. É a primeira vez que o consumo de energia destinado aos veículos utilizados no transporte individual é superior ao consumo de energia dentro de casa (alojamento).

---

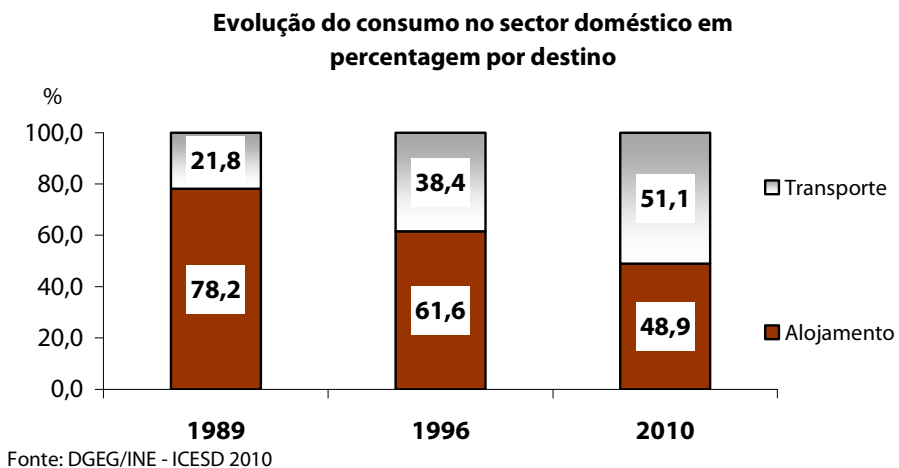
<sup>35</sup> DGEG, Balanço Energético (2009)

<sup>36</sup> Eugénio Rosa, Dependência e ineficiência energética e Portugal (2008)

<sup>37</sup> DGEB, Balanço Energético (2009)

<sup>38</sup> INE/DGEG - Inquérito ao Consumo de Energia no Setor Doméstico (2010)

Ajudando-nos a dimensionar este número, vale a pena referir que este consumo representava em 1989 21,8% do total do consumo energético das famílias e em 1996 representava 38,4%.



No que respeita ao consumo de energia no alojamento (excluindo por isso os combustíveis utilizados nos veículos), a eletricidade tornou-se a principal fonte de energia consumida (42,6%), sendo também a responsável pela maior fatia dos gastos domésticos em energia (62,2%).

As fontes de energia renováveis (como o carvão vegetal, a lenha e o solar térmico) representam 25% do total do consumo de energia nos alojamentos.



# MOBILIDADE E TRANSPORTES

A mobilidade e, mais especificamente, o sistema de transportes, assumem particular relevância na vida das cidades. As elevadas taxas de motorização associadas à persistência no uso do transporte motorizado individual, em detrimento do transporte coletivo e de outros modos suaves (como a caminhada ou a bicicleta), conduzem a um permanente congestionamento das vias de circulação, particularmente nas denominadas “horas de ponta”.

Esta é uma realidade cujos custos são variados: elevados níveis de ruído e de emissão de poluentes atmosféricos; consumo elevado de combustível; perda de tempo; níveis elevados de stress, entre outros.

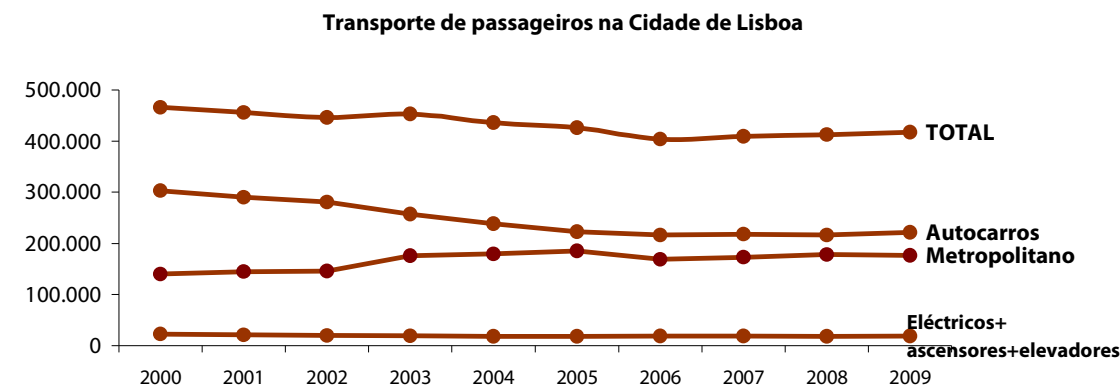
Neste sentido, uma eficiente rede pública de transportes assume uma importância fundamental, particularmente numa região como a de Lisboa, onde diariamente milhões de habitantes se deslocam, particularmente de casa para o trabalho ou para a escola.

É de estranhar a ausência ou grande atraso das estatísticas sobre mobilidade e transportes em Portugal e na Região de Lisboa, mesmo assim, vale a pena conhecer os números.

## Transportes Públicos

Ao contrário do que seria necessário, a tendência verificada na última década foi para uma diminuição do número de passageiros a utilizarem o transporte público e não para o seu aumento.

Na Cidade de Lisboa, em 2000 deslocavam-se em transportes públicos 465.946 passageiros, valor que desceu para 417.162 em 2009.<sup>39</sup>

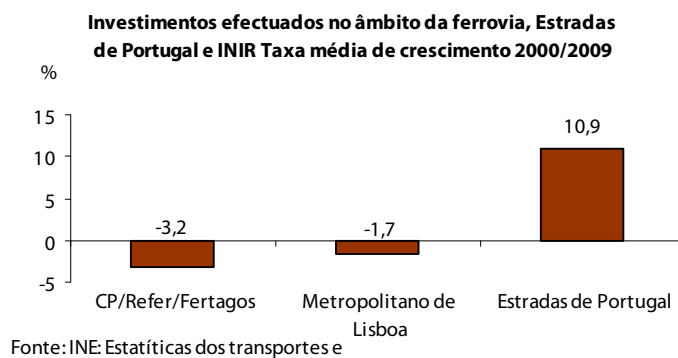


Os autocarros, apesar de perderem anualmente passageiros, mantêm-se o principal transportador de passageiros na Cidade de Lisboa, seguidos do Metropolitano.

<sup>39</sup> IMTT, 2006

Nos últimos anos, com particular destaque para o próprio ano em que se realiza este Congresso, tem-se desenvolvido uma política de destruição da concepção de serviço público dos transportes, com o agravamento dos preços e das tarifas e degradação do serviço prestado.

À cabeça do desinvestimento estão a CP, REFER e FERTAGUS, que, entre 2000 e 2009 tiveram um corte de investimento de 3,2%, com particular incidência nos investimentos em material circulantes que, nesta última década, desceram 9,2%.<sup>40</sup>



Face a este desinvestimento, agravam-se os indicadores relativos à qualidade do material circulante, com particular destaque para os comboios que circulam na AML que, em 2006, tinham uma idade média de 18,5 anos.<sup>41</sup>

Este desinvestimento na rede pública de transportes tem custos grandes para a qualidade e segurança do serviço público prestado a quem vive e trabalha em Lisboa.

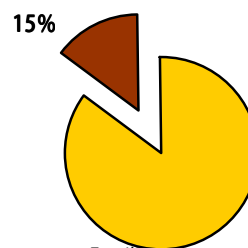
Das viagens realizadas diariamente na Área Metropolitana de Lisboa, 35% realizam-se em transporte público. Deste modo, 46% das viagens continuam a ser feitas em automóvel (transporte individual), 16% a pé e apenas 5% noutros modos.<sup>42</sup>

## AUMENTO DE PREÇOS DOS TRANSPORTES

Hoje, os utentes estão pior servidos de transportes públicos em termos de quantidade e qualidade e pagam mais.

Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares, os gastos com transportes já

Percentagem da rubrica "transportes" na despesa dos Trabalhadores por conta de outrem



Fonte: INE: Inquérito aos Orçamentos Familiares

<sup>40</sup> INE, Estatísticas dos Transportes e Comunicações

<sup>41</sup> IMTT, 2006

<sup>42</sup> Estes são os últimos números relativos ao Censos 2001 (Movimentos pendulares e Organização territorial – AML 2001). Os dados relativos ao último Censos (2011) ainda não estão disponíveis.

constituem 15% da despesa dos Trabalhadores por Conta de Outrem.

Os Transportes têm conhecido ao longo dos anos consideráveis aumentos.

Considerando o Índice de Preços do Consumidor, em setembro de 2011, a classe dos Transportes teve um aumento médio nos últimos 12 meses de 8,4%. Os preços dos transportes aumentaram 5,1 pontos percentuais acima da taxa média de inflação registada no mesmo período (3,27%).

No caso concreto do passe social L123, o mais utilizado na AML, nos últimos 4 anos (entre 2007 e 2011) sofreu um aumento acumulado de 25,7%.

Simultaneamente, em agosto deste ano (2011), o Governo concretizou um aumento brutal dos transportes públicos, fixando em 15,0% a percentagem de aumento médio, por trás da qual se escondem aumentos que atingiram os 20 e 25% (veja-se o quadro).

### **Aumento dos Transportes Públicos em agosto de 2011**

	Julho 2011	Agosto 2011	Aumento	
			Euros	%
L1	40,10	46,10	6,0	14,96
L12	48,30	55,55	7,3	15,01
L123	55,00	63,25	8,3	15,00
Carris - Tarifa de Bordode Autocarro	1,50	1,75	0,3	16,67
Bilhete Elétrico de Santa Justa	3,00	5,00	2,0	66,67
Metro - 1 Zona	0,90	1,05	0,2	16,67
ML 30 dias Urbano	19,55	23,90	4,4	22,25
CP Lisboa - Passe Zona 1	22,75	28,50	5,8	25,27
CP Lisboa - Bilhete Zona 2	1,40	1,70	0,3	21,43
Transtejo - Cacilhas - Cais de Sodré, passe dias úteis	13,90	16,60	2,7	19,42

# CULTURA E LAZER

A criação e fruição cultural são elementos fundamentais para o desenvolvimento individual e coletivo de uma sociedade. A constituição da República portuguesa define que cabe ao Estado promover «a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural».

No entanto também no domínio da cultura se têm acentuado as políticas assentes em lógicas economicistas e de mercado, promotoras da crescente privatização da cultura e consequente desresponsabilização do Estado neste domínio

## DESINVESTIMENTO PÚBLICO NA ÁREA DA CULTURA

Um elemento que constitui um indicador relevante do investimento estatal na área da Cultura prende-se com as dotações para esta rubrica em sede de Orçamento de Estado.

De ano para ano, entre 2008 e 2011, o orçamento destinado à cultura pelo Orçamento de Estado diminuiu, passando de 246.5 em 2008 para 201.3 milhões de Euros em 2011.

### Rubrica "Cultura" no Orçamento de Estado em Milhões de Euros

2007-2011

Ano	Valor
2007	242.6
2008	246.5
2009	212.7
2010	236.3
2011	201.3

Fonte: Ministério das Finanças/OGE - Relatórios

## AUTARQUIAS E CULTURA

Na área da cultura, é de destacar o protagonismo das autarquias locais, embora os municípios não invistam todos da mesma forma nesta área.

Muita da despesa pública a nível local tem sido canalizada para a criação e/ou requalificação de equipamentos culturais e patrimoniais sob tutela municipal, bem como para o apoio e realização de espetáculos, exposições e outros eventos.

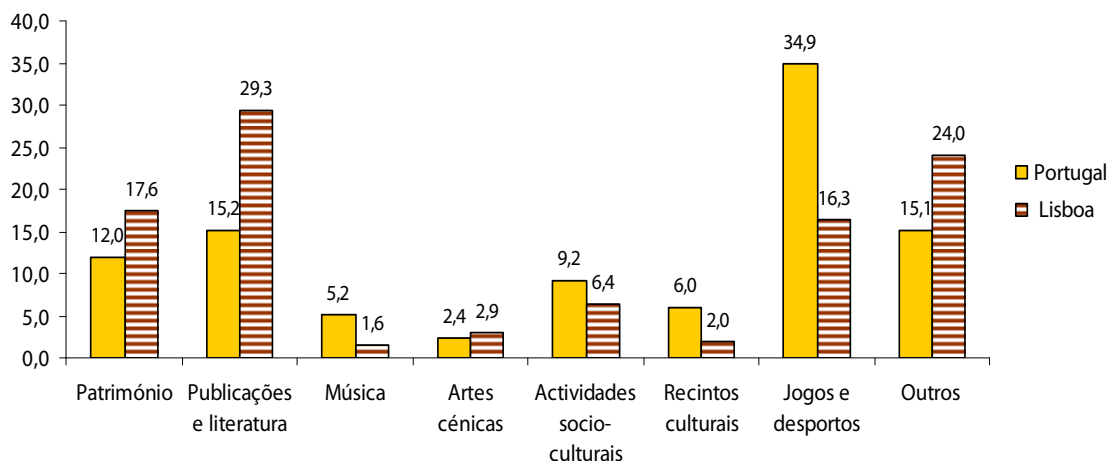
Na região de Lisboa, a maior fatia das despesas correntes e de capital das Câmaras Municipais com a cultura e desporto destina-se às Publicações e Literatura (29,3%) nomeadamente para as bibliotecas, seguido do património (17,6%) e dos Jogos e Desportos (16,3%).<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2010

A estrutura das despesas públicas locais na região de Lisboa difere bastante do todo nacional, onde 35% das despesas nesta rubrica vão para os jogos e desportos.

**Distribuição percentual das despesas das câmaras municipais por tipo de despesa  
Comparação entre a região de Lisboa e Portugal**



Fonte: INE - Estatísticas da cultura 2010

### Privatização da cultura e visão de mercado

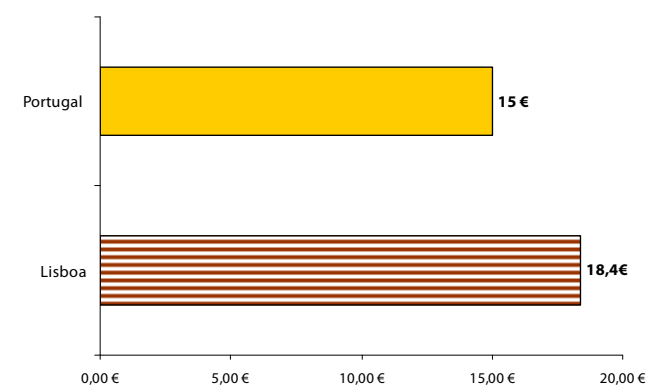
Nos últimos anos, também no domínio da cultura se têm acentuado as políticas assentes em lógicas economicistas e de mercado, promotoras da crescente privatização da cultura e consequente desresponsabilização do Estado neste domínio.

As famílias que habitam a região de Lisboa gastam já 7% do seu orçamento em lazer, distração e cultura (um ponto percentual acima dos gastos com esta rubrica me termos nacionais).<sup>44</sup> Tal fatia dos orçamentos não se prenderá apenas com a fruição cultural em si, mas sim com os preços dessa própria fruição.

A título de exemplo, é de referir que na região de Lisboa, o preço médio de um espetáculo ao vivo (18,4€) é 3,4€ mais caro que no restante país (15€).<sup>45</sup>

Também a recente medida da passagem do IVA da cultura de 5% para 23% é bastante ilustrativa de uma visão crescentemente elitista do acesso à cultura, numa clara desresponsabilização do Estado pela necessária facilitação e democratização do acesso aos bens culturais.

**Preço Médio de Espectáculo ao Vivo em Euros**



Fonte: INE - Estatísticas da cultura 2010

<sup>44</sup> INE, Inquérito às Despesas das famílias, 2005-2006

<sup>45</sup> INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2010